



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Sexualidade e Inclusão:

Um Olhar sobre Lares Residenciais para Pessoas com Diversidade Funcional

Discente:

Paula Cristina Martins Ferreira

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do grau de mestre em serviço social.

Orientador:

Professor Doutor Nuno Filipe Moreira dos Santos Carneiro

**Setembro
2023**



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Sexualidade e Inclusão:

**Um Olhar sobre Lares Residenciais para
Pessoas com Diversidade Funcional**

Discente:

Paula Cristina Martins Ferreira

**Setembro
2023**

Resumo

Esta investigação surge da necessidade de refletir sobre o papel dos Lares Residenciais relativamente às sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional. Pretendeu-se explorar o modo como os/as profissionais destas respostas abordam as temáticas da sexualidade nas instituições e de que forma estão preparados para dar essa resposta. Salientamos o papel do Serviço Social na temática da Diversidade Funcional, uma vez que os/as Assistentes Sociais evidenciam um notável compromisso com a mudança social, tendo uma participação ativa no desenvolvimento de uma sociedade inclusiva. A pertinência deste tema surge pela escassez de trabalho realizado sobre a temática, que se acentua quando procuramos trabalho científico desenvolvido em instituições que acolhem pessoas com Diversidade Funcional. A nossa investigação segue uma metodologia qualitativa desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas com recurso a guião e foi realizada a dois grupos diferentes de participantes: duas Diretoras Técnicas, um Assistente Social e três auxiliares que trabalham diretamente com pessoas com Diversidade Funcional em Lares Residenciais. Para a análise dos dados utilizamos a análise temática, segundo as propostas de Braun e Clarke (2006), tendo surgido cinco temas: (A) familiarização dos/as profissionais face ao tema; (B) posicionamento dos profissionais das instituições; (C) dificuldades sentidas pelos profissionais; (D) práticas desenvolvidas para promover a inclusão e o debate; (E) importância da formação. A análise dos resultados permitiu concluir que os lares residenciais têm desenvolvido um bom trabalho no sentido da abordagem das sexualidades dos/as seus utentes, mas ainda existe um longo caminho a percorrer para a inclusão e respeito pelas necessidades sexuais de pessoas com Diversidade Funcional. Esta investigação demonstra a necessidade de um estudo com um número mais amplo e alargado de participantes, de modo que seja possível extrapolar estes resultados a uma população mais abrangente.

Palavras-chave: Diversidade Funcional; Sexualidade; Lar Residencial; Inclusão; Práticas profissionais.

Abstract

This work originates from the need to reflect upon the role of Residential Care Homes, regarding the sexualities of individuals with Functional Diversity. Our objective was to investigate how professionals working in these institutions approach this specific subject and their level of preparedness to do so. We emphasize the role of Social Work in the context of Functional Diversity, as Social Workers demonstrate a remarkable commitment to drive social change and actively engage in fostering the development of an inclusive society. The relevance of this subject increases given the scarcity of previous research, particularly faced when searching for scientific studies conducted within institutions that cater to individuals with Functional Diversity. Our investigation followed a qualitative methodology, involving semi-structured interviews based on a predefined script. We have conducted interviews with two separate groups of participants: two Technical Directors, one Social Worker and three caregivers who work directly with individuals with Functional Diversity, in Residential Care Homes. For data analysis we used a methodology based on thematic analysis, following the framework previously proposed by Braun and Clarke (2006). This analysis yielded five main themes: (A) professionals' familiarity with the topic; (B) the stance of professionals within the institutions; (C) challenges experienced by professionals; (D) practices developed and implemented to promote inclusion and discussion; (E) the importance of training for this subject. The analysis of our findings led us to the conclusion that Residential Care Homes have been developing a commendable work towards addressing the sexualities of their residents. However, there is still a long journey ahead towards achieving full inclusion and respect for the sexual needs of individuals with Functional Diversity. This research also highlights the need for a more extensive and diverse study, which will enable the extrapolation of these results to the broader population.

Keywords: Functional Diversity; Sexuality; Residential Care Home; Inclusion; Professional practices.

Agradecimentos

Nesta nova etapa da minha formação, não posso deixar de agradecer às pessoas e entidades que contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Filipe Moreira dos Santos Carneiro, a disponibilidade e a generosidade na partilha de conhecimentos que se mostraram fundamentais para a realização desta dissertação.

Um obrigado especial às instituições e profissionais que se disponibilizaram para a recolha de experiências, sem as quais a realização da presente dissertação não seria possível.

Agradecer à minha instituição por toda a disponibilidade e tempo dispensado para a realização de mais uma etapa de formação.

A todos os docentes que ao longo destes anos de formação sempre acreditaram em mim e me incentivaram a continuar a minha formação.

À Marta e ao Ricardo por toda a paciência, dedicação, ajuda, confiança e incentivo ao longo desta jornada.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento muito especial aos meus pais pela força que sempre me deram, por todas as oportunidades, apoio e motivação que sempre manifestaram ao longo de todo o meu percurso académico.

*Com dedicação e amor,
manifesto o meu mais sincero agradecimento por tudo!*

Índice

INTRODUÇÃO	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO:	4
A. Diversidade Funcional	4
B. Os/As Assistentes Sociais na área da Diversidade Funcional	5
C. Desafios dos/das Assistentes Sociais no trabalho com pessoas com Diversidade Funcional nas Instituições	8
D. Respostas Institucionais para pessoas com Diversidade Funcional	10
E. As sexualidades	11
F. As sexualidades e a Diversidade Funcional:	13
G. Necessidades de pessoas com Diversidade Funcional para a manifestação segura das suas sexualidades	16
H. Preparação da família e da equipa de resposta institucional, para questões relacionadas com as sexualidades	17
II. ESTUDO EMPÍRICO	20
A. Objetivos	20
B. Participantes	21
C. Métodos de Recolha de Dados	23
D. Exploração e verificação da saturação teórica	25
E. Métodos de Análise de Dados	26
III. ANÁLISE DOS DADOS	27
A. Familiarização das profissionais face ao tema	29
A.1 Distinção entre Sexo e Sexualidade	29
A.2 Conhecimento sobre Diversidade Funcional	30
B. Posicionamentos das profissionais das instituições	31
B.1 Experiência Sexual em pessoas com Diversidade Funcional	31
B.2 Expressão das sexualidades por parte de pessoas com Diversidade Funcional	33
B.3 Papel das equipas nas Sexualidade das pessoas com Diversidade Funcional da instituição	34
C. Práticas desenvolvidas para promover a inclusão e o debate	35
C.1 Como são abordadas as questões das sexualidades	35

C.2 Abordagem a utentes e respetivas famílias -----	37
C.3 Respeito da privacidade dos/as utentes com Diversidade Funcional-----	38
D. Dificuldades sentidas pelas profissionais -----	40
D.1 Problemas diários-----	40
D.2 Preparação para responder a necessidades das sexualidades-----	42
D.3 Considerações de camas de casal e lares residenciais mistos -----	43
E. Importância da Formação -----	45
E.1 Aquisição de conhecimentos e competências-----	45
E.2 Formação Continua-----	46
CONCLUSÃO -----	48
BIBLIOGRAFIA -----	51
ANEXOS -----	55
A. Declaração de consentimento informado -----	56
B. Guião de Entrevista Semiestruturada -----	58
C. Tabelas explicativas de saturação teórica -----	63

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados Sociodemográficos das Diretoras Técnicas e Assistentes Sociais.....	22
Tabela 2 – Dados Sociodemográficos das Auxiliares e Colaboradores.....	23
Tabela 3 - Fases do processo de análise temática de Braun e Clarke (2006).....	27

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa Temático da Análise das Entrevistas.....	28
--	----

Abreviaturas e Siglas

DF – Diversidade Funcional

OMS – Organização Mundial da Saúde

AS – Assistente Social

SS – Serviço Social

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

LR – Lar Residencial

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

A presente dissertação surge no âmbito do Mestrado de Serviço Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, sob o título Sexualidade e Inclusão: Um Olhar sobre Lares Residenciais para Pessoas com Diversidade Funcional.

O que moveu este trabalho foi a vontade de refletir sobre as práticas desenvolvidas nos Lares Residenciais para pessoas com Diversidade Funcional por forma a compreender como abordam esta temática e as dificuldades sentidas.

Partindo do princípio de que a autonomia é um direito básico que dá ao cidadão a possibilidade de escolher livremente sobre dimensões que perceciona como importantes na sua existência, importa refletir sobre a autonomia que é concedida a pessoas com Diversidade Funcional dentro dos Lares Residenciais. O senso comum diz-nos que pessoas com Diversidade Funcional não sabem, não podem ou não querem tomar decisões sobre a sua vida. Mas será isto verdade? Que trabalho está a ser realizado pelos/as profissionais que trabalham em Lares Residenciais de apoio a pessoas com Diversidade Funcional, no sentido de garantir a sua autonomia? Ainda que se trabalhe neste sentido, há um tema tabu em que parece não existir, de todo, o direito à autonomia: as sexualidades. Que trabalho está a ser desenvolvido pelos/as profissionais para que as pessoas com Diversidade Funcional tenham os mesmos conhecimentos e experiências que o resto da sociedade? Como percecionam os/as profissionais as sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional? De que forma é que os Lares Residenciais estão preparados para corresponder às necessidades sexuais de pessoas com Diversidade Funcional? Estas são algumas das questões às quais pretendemos responder com o desenvolvimento deste trabalho. Para além disso, procuramos compreender as dificuldades sentidas pelos/as profissionais na gestão das sexualidades dos/as utentes, uma vez que a formação a este nível é bastante escassa.

Neufeld, J.A. et al (2002), referem que as nossas perspetivas sobre sexualidade e Diversidade Funcional são fortemente moldadas pela sociedade em que estamos inseridos/as. No entanto, ao contrário do que se possa pensar, as pessoas com Diversidade Funcional têm as mesmas necessidades e desejos básicos de intimidade sexual que qualquer outra pessoa, independentemente do tipo ou gravidade da sua Diversidade Funcional. Segundo Beato (2018), todos/as os/as adolescentes passam por um desenvolvimento sexual, embora possam apresentar algumas particularidades na maneira como se comportam e interagem em situações íntimas, seja sozinho ou com os outros. Contudo, existe escassez de informação sobre sexualidade em relação às perturbações do desenvolvimento.

Uma vez que os/as Assistentes Sociais evidenciam um notável compromisso com a mudança social, compete-lhes a participação ativa no desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, que forneça oportunidades e incentive a participação de pessoas com Diversidade Funcional (Gomes, 2020). No entanto, persiste o desafio das atitudes discriminatórias em relação à sexualidade de pessoas com Diversidade Funcional. Desta forma, torna-se necessário perceber o trabalho que os/as Assistentes Sociais realizam nas respostas de Lar Residencial para fazerem face a estas dificuldades e contribuir para a mudança social no que respeita a este tema.

Sabemos que as pessoas com Diversidade Funcional estão sujeitas a um risco acrescido de abusos sexuais, por isso torna-se ainda mais importante clarificar estes conceitos e abordar os mesmos com os/as utentes e famílias. Medina-Rico et al (2018), citando Barger, Erin et al (2009) referem que a educação sexual é o principal modo de ensinar sobre consentimento, direitos e leis que os protegem contra abusos. Reforça ainda a importância de reportar tais abusos para evitar que aconteçam novamente. Assim sendo, destaca-se a importância de se trabalharem estas questões nos Lares Residenciais, de modo a prevenir estas situações em pessoas com Diversidade Funcional.

Para alterar uma determinada realidade, primeiro temos de a conhecer bem. Para isso, ao longo deste trabalho, exploraremos estas questões para perceber o conhecimento científico existente sobre esta temática. No entanto, segundo Neufeld, J.A. et al (2002), há relativamente pouca informação disponível sobre sexualidade e outras dimensões vivenciais de indivíduos com condições crônicas e/ou incapacitantes, pelo que se torna difícil ter uma amostra robusta e/ou um conjunto amplo de participantes em investigações científicas para o aprofundamento teórico e empírico desta realidade.

Desta forma, a nossa investigação apresenta-se dividida em três partes. Na primeira parte, apresentamos a evolução que o estudo sobre a deficiência tem apresentado ao longo dos anos até chegarmos à nova terminologia de Diversidade Funcional e/ou Diferença Funcional, conceitos que surgem para substituir expressões como “incapacidade”, “deficiência”, “invalidéz”. Neste mesmo capítulo abordamos o trabalho do Serviço Social na área da Diversidade Funcional, os desafios que os/as Assistentes Sociais enfrentam no seu trabalho com estas pessoas e abordamos também as respostas existentes após completarem o ensino obrigatório. Depois desta exploração, partimos para o tema central desta investigação, nomeadamente, compreender o que são as sexualidades e como são as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional, identificando algumas das suas necessidades e o papel das equipas de profissionais para estas questões.

No segundo capítulo, apresentamos um estudo empírico, tendo por base um conjunto de entrevistas semiestruturadas. Neste capítulo apresentamos todos os procedimentos realizados ao longo da investigação, o porquê das questões propostas a metodologia a que recorreremos para análise e exploração das mesmas, por forma a dar resposta às nossas questões da investigação.

No terceiro capítulo, apresentamos a análise dos resultados obtidos, bem como os subcapítulos que surgiram ao longo da investigação.

Relativamente às conclusões deste trabalho, aprofundámos conhecimentos sobre a forma como são abordadas as sexualidades nos lares residenciais de pessoas com Diversidade Funcional, identificando algumas das práticas desenvolvidas para abordar estas questões, bem como as dificuldades identificadas pelos/as profissionais destas estruturas. De uma forma global, percebemos que as respostas de lar residencial, estão no bom caminho, uma vez que se mostram cada vez mais sensibilizadas para estas questões.

Em suma, este estudo pretende contribuir para uma reflexão sobre as sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional e demonstrar a importância de se continuar a realizar investigação nesta área para que seja possível aumentar o conhecimento das práticas a serem adotadas e conseguir-se dar uma resposta enquadrada com as reais necessidades desta população. Tratando-se este de um tema relativamente recente e ainda muitas vezes visto como tabu pela sociedade, encontramos neste trabalho uma contribuição, pertinente e inovadora, para enriquecimento do estado da arte sobre a temática, bem como para a contribuição de um conhecimento mais sustentado sobre o que pretendemos investigar.

I. Enquadramento Teórico:

A. Diversidade Funcional

“O termo diversidade funcional é utilizado para as pessoas que possuem capacidades diferentes e que podem ser prejudicadas na hora de interagir com a sociedade”

Vidal (2015)

Desde a Antiguidade que existem diferentes designações, com diferentes significados, para as pessoas com Diversidade Funcional, independentemente do tipo ou grau da Diversidade. Na Idade Média, utilizavam-se explicações religiosas e místicas para explicar a Diversidade Funcional, sendo que:

A diferença funcional mantinha um carácter de fenómeno metafísico ou espiritual, ora como algo divino, ora como demoníaco, e o tratamento dispensado às pessoas com diferença funcional era determinado pela conceção em questão, variando entre maus-tratos e os mais variados tipos de tortura. (Pereira, 2009, p. 719).

Mais tarde, mas ainda na Idade Média, a igreja começou a olhar para as pessoas com Diversidade Funcional como “filhos de Deus” levando a uma diminuição dos maus-tratos, das torturas e do abandono, começando a existir instituições de caridade para o acolhimento de pessoas com Diversidade Funcional (Pereira, 2009, p.719). No entanto, alguns autores afirmam que, durante este período em que o conceito de Diversidade Funcional sofria alterações, “persistia a ambivalência caridade/castigo no processo de institucionalização.” (Pereira, 2009, p.721).

Com os avanços da medicina, o conceito de Diversidade Funcional foi-se direccionando para uma visão médico-científica em detrimento da perspectiva que postulava estas questões em torno do conceito de divindade, o que levou a um novo modelo – médico, mais biológico e individual - onde a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se baseou. (Llario et al., 2021). Assim, foram perspectivadas “as questões espirituais e místicas, os demónios e as divindades, passando a ocupar-se de questões menos transcendentais, mais concretas e objetivas: diferença funcional, desde então, é disfuncionalidade, desvio e anormalidade” (Pereira, 2009, p.721). Esta nova abordagem à diferença funcional passa a ser vista como uma consequência de uma diferença fisiológica, focada nas limitações funcionais e não naquilo que a pessoa é

capaz de fazer. “A forma adequada de abordagem à Diversidade Funcional implicou um tratamento individualizado e centrado no défice específico em causa em cada caso.” (Llario et al., 2021, p.3)

Foi neste sentido que surgiram as expressões “Diversidade Funcional” e “diferença funcional”, que não enfatizam os aspetos negativos da terminologia anteriormente utilizada. Estas expressões foram apresentadas em 2005 no Fórum de Vida Independente, em Espanha. A proposta dos espanhóis era de substituir expressões como “incapacidade”, “deficiência”, “invalidez”, entre outros, pela expressão Diversidade Funcional, uma vez que existe uma panóplia de diversidades funcionais dentro da deficiência. (Pereira, 2009).

Segundo Vidal (2015), este novo conceito aplica-se não só a pessoas com certificado de incapacidade, mas também todas aquelas que possuem capacidades diferentes e que podem ser prejudicadas nos processos de interação com a sociedade.

Ainda assim, apesar de já se utilizar esta designação em alguns casos, ela ainda não é frequentemente utilizada na saúde, na ciência ou na população em geral. Para Pereira (2009), a dificuldade na aplicação da nova terminologia percebe-se “quando simplesmente ela falha para designar – sem embaraço ou constrangimento – alguma diferença funcional.” (p.716). Para este autor, ainda há muito a fazer para que a sociedade reconheça e respeite a Diversidade Funcional (Pereira, 2009).

Ao longo deste trabalho recorre-se à expressão “deficiência” apenas e só quando esta é usada pelos/as autores/as que recorrem a ela, e utiliza-se a expressão “Diversidade Funcional” sempre que o texto seja de nossa autoria.

B. Os/As Assistentes Sociais na área da Diversidade Funcional

“O facto de se ter uma deficiência intelectual não quer dizer que a pessoa não possa decidir a sua própria vida, mesmo que necessite de apoio para algumas questões, não lhe impossibilita a sua autodeterminação”

Gomes (2020)

Santos (2006), utiliza uma referência de Lou Brown, para mostrar uma visão da sociedade relativamente a pessoas com Diversidade Funcional, nomeadamente, de que:

A grande maioria, de facto, vive na total dependência de pais ou de outros familiares ou em lares internados que em nada se assemelham a um ambiente familiar, não convivem com pessoas sem

deficiência, não trabalham em locais normais de trabalho, não são chamados a pronunciar-se sobre os assuntos que lhe dizem respeito. (Santos, 2006, p. 76)

Gomes (2020), referindo-se à mesma fonte, acrescenta ainda que também se considera que, ao contrário de pessoas sem Diversidade Funcional que vão ganhando a sua independência ao longo dos anos, as pessoas com Diversidade Funcional continuam a ser dependentes, não conseguindo a sua autonomia e sendo muitas vezes comparadas a pessoas menores de idade, quando abordadas questões como o direito ao voto, o casamento, a capacidade de construir família, requerer um empréstimo ou tomar conta dos seus próprios bens, o que reforça os persistentes estereótipos de incapacidade de decisão por parte destas pessoas (Gomes, 2020). O autor refere também que:

Existem poucas respostas que promovem a autonomia como são as residências autónomas e os programas de vida independente, é importante que as pessoas com deficiência e profissionais desenvolvam estudos e práticas sobre respostas focadas na vida em comunidade, aumentando as possibilidades de escolha para as pessoas com deficiência. (p.114).

Rui Machado, numa entrevista à sociedade portuguesa de sexologia clínica, refere que:

Entrar numa instituição acaba por funcionar como uma sentença de se ficar só, e de impossibilidade de desenvolver laços afetivos. (...) Os técnicos têm aqui um importante papel na sinalização das necessidades detetadas e são, muitas vezes, os primeiros a querer encontrar soluções, pois são eles que contactam diretamente com os utentes. (...) (Machado, 2017, pg. 18)

O modelo de direitos humanos e cidadania pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas com Diversidade Funcional, promovendo a sua autodeterminação:

Partindo do princípio de que o modelo de direitos humanos indica que a deficiência não prejudica a capacidade de direito, não se compreende o desrespeito nesta matéria por parte da sociedade e do estado, cuja ação tem sido a delegação de responsabilidades na família e nas organizações do terceiro sector. (Gomes, 2020, p.113)

Com as alterações da convenção dos direitos das pessoas com Diversidade Funcional, mudou-se um pouco este paradigma, o que levou a que a pessoa com Diversidade Funcional começasse a ser vista como pessoa com direitos, capaz de os reivindicar, e decidir sobre a sua própria vida, contribuindo para a sua autodeterminação e participação na sociedade. (Gomes, 2020)

A autora Ana Luísa Esteves D' Almeida Gomes, no seu artigo - “Serviço Social e Deficiência – Uma abordagem de Direitos Humanos”, explica como os Direitos Humanos são

fundamentais no Serviço Social e fundamentam o sentido da justiça social dos/as Assistentes Sociais, contribuindo para os ajudar a resolver os problemas sociais e a ser agentes de mudança na sociedade. Desta forma, para a autora, compete ao Serviço Social e aos Assistentes Sociais:

O papel de lutar pela igualdade, pela promoção do cuidado equitativo e da liberdade das pessoas com deficiência, sendo ainda hoje pessoas oprimidas nos vários contextos de vida como a educação, formação, o mercado de trabalho e a vida privada. (Gomes, 2020, p.112)

Refere também que o Serviço Social deve fazer a ponte entre as necessidades das pessoas com Diversidade Funcional e a execução de todos os seus direitos humanos, tendo ainda a responsabilidade de facilitar e facultar direitos como habitação, saúde, alimentação, mas também ao nível da educação, emprego, vida familiar e, principalmente, **os direitos à autodeterminação, à liberdade e à autorrepresentação**. Os/as profissionais têm a responsabilidade de promover a inclusão social de pessoas com Diversidade Funcional, independentemente das suas diversidades, com base na igualdade e na não discriminação. As próprias organizações devem promover a representação e a autorrepresentação destas pessoas e as intervenções ou institucionalizações devem ser realizadas sempre com o consentimento da pessoa com Diversidade Funcional. Quando isto não acontece, estamos a colocar em causa a sua liberdade e autodeterminação. (Gomes, 2020)

O/a Assistente Social é dos poucos profissionais “que tem um forte interesse na mudança social”, trabalhando para uma sociedade mais inclusiva e dando oportunidades, fomentando a participação das pessoas com Diversidade Funcional. Para além disso, os **membros das organizações também contribuírem** para a “criação de políticas inclusivas” (Gomes, 2020, p.113). Não devemos assumir que todas as pessoas com Diversidade Funcional desenvolveram, ao longo da sua vida, autodeterminação e liberdade, pois sabemos que a maioria das intervenções que receberam foram de carácter assistencial e de proteção social.

As pessoas com Diversidade Funcional devem ser “reconhecidas de igual forma perante a lei” e os/as Assistentes Sociais são importantíssimos/as para demonstrar a estes/as e às suas famílias como devem acreditar em si, nas suas capacidades, mostrando-lhes que têm aptidão para serem responsáveis pelas suas vidas e destinos. Outra das responsabilidades do/da Assistente Social, independentemente do contexto onde trabalha, é o dever de sensibilizar a comunidade para os direitos das pessoas com Diversidade funcional, por forma a fazer cumprir estes direitos. (Gomes, 2020, p.114)

Para Gomes (2020), as pessoas com Diversidade Funcional continuam a sair das instituições académicas sem competências de autodeterminação, o que influencia todas as

decisões futuras a tomar, como é o caso do emprego, em que o/a Assistente Social apoia o/a utente nas suas escolhas de curso segundo as suas vontades e aptidões, por forma a conseguir que este adquira competências como a autonomia e autorrepresentação. (p.117).

Desta forma, **o trabalho do/da Assistente Social deve ser realizado no sentido de adaptar a sua prática às vontades do indivíduo**, sendo a comunicação fundamental.

C. Desafios dos/das Assistentes Sociais no trabalho com pessoas com Diversidade Funcional nas Instituições

"O serviço social promove a inclusão da diversidade funcional, visando o bem-estar e a felicidade de todos e respeitando sempre o desejo de cada indivíduo."

Paula Ferreira (2023)

As respostas sociais e os sistemas de proteção social, estão “estanques”. O apoio para respostas inovadoras é pouco, o que desafia os/as profissionais a terem de desenvolver pensamento crítico e sustentado, bem como recorrerem a práticas adequadas para encontrarem novas respostas para as reais necessidades dos/as seus/suas utilizadores/as. (Gomes, 2020)

Para Gomes (2020), o principal objetivo deve ser a “valorização da qualidade de serviços, da humanidade e da mudança positiva, valorizando sempre a privacidade e a diferença” (p.117). Muitas vezes, as instituições procuram dar respostas a nível de atividades de lazer, desporto e recreativas, mas estas só são possíveis de serem concretizadas num contexto institucional, pois a comunidade nem sempre está capacitada para dar resposta a pessoas com Diversidade Funcional.

A temática da família e domicílio é muitas vezes discutida pelos/as profissionais, uma vez que alguns vêm com alguma reticência quanto à possibilidade de pessoas com Diversidade Funcional terem filhos e terem uma casa própria:

É necessário entender que enquanto é bloqueado o acesso a um sistema de ensino de qualidade e inclusivo, à formação e ao trabalho, há determinadas competências sociais que não são trabalhadas tornando-os adultos pouco preparados para enfrentar as adversidades de ter uma família e uma casa para cuidar (Gomes, 2020, p.117).

Batalha-se para que, num futuro próximo, pessoas com Diversidade Funcional possam decidir por si se querem ou não constituir família.

As pessoas com Diversidade Funcional têm o direito de fazer as suas próprias escolhas sobre as suas experiências sexuais e de expressar as suas sexualidades de forma que se sintam confortáveis e seguras. Isto inclui o direito de recusar atividades sexuais e o direito de procurar apoio e recursos para satisfazer os seus desejos e necessidades sexuais. Para Beato (2018, p.528), “para garantir uma sexualidade saudável, é importante promover a sua descoberta, exploração e prática. Desenvolver uma sexualidade positiva faz-se sozinho e com os outros. A família e os educadores têm um papel crucial neste processo”.

Lopes (2013), também refere que a família e os/as profissionais de saúde são muitas vezes céticos em relação ao potencial das pessoas com Diversidade Funcional, no que respeita a desfrutar da intimidade e sexualidade, referindo que a sexualidade é:

Multidimensional, e encontra-se intimamente ligado às necessidades humanas básicas do ser amado e aceite, exibir e receber afetos, sentindo-se valorizado e atraente, compartilhando pensamentos e sentimentos. Não envolve apenas o funcionamento anatómico e fisiológico do organismo, mas também se inter-relaciona com conhecimentos, atitudes e valores, que os indivíduos expressam sobre a sexualidade. Esta deve ser considerada num contexto que se estende além do ato sexual para incluir: o papel de género na sociedade, a imagem corporal, as relações sociais e motivações futuras e sociais, e a maturação física. (p. 23)

Uma das maiores condicionantes a ultrapassar, é a atitude discriminatória e intolerante da sociedade e, mais particularmente, os/as profissionais direta e indiretamente envolvidos/as na prestação de apoio a esta população, de entre os/as quais os/as interventores/as sociais, em relação à vivência da sexualidade das pessoas com Diversidade Funcional. Para além de aceitar e apoiar os indivíduos com diversidade funcional, é fundamental ensinar, educar e transmitir à sociedade, os valores adequados e necessários para uma plena aceitação e inclusão social.

O Serviço Social move-se hoje na construção de efetivação de direitos, justiça social, equidade e autodeterminação dos indivíduos, ou seja, na concretização da cidadania, o papel do Assistente Social é preparar o cliente que se encontra “em empowerment” a lutar pelos seus direitos e pela divisão mais justa dos recursos e defender um papel mais válido e ativo na sociedade (Gomes, 2020, p.118).

D. Respostas Institucionais para pessoas com Diversidade Funcional

“O amor está no LAR”

Fabi Freire (2020)

Para perceber a escolha feita relativamente à resposta selecionada para a realização deste estudo, importa conhecer as respostas existentes para presta apoio na área da Diversidade Funcional quando estes terminam a escolaridade obrigatória, podem frequentar:

- **Centros de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência (CAARPD)**
 - Serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais. (Portaria n.º 60/2015 de 2 de março, 2015)
- **Residências de Autonomização e Inclusão (RAI)**
 - Resposta de alojamento residencial temporário ou permanente, desenvolvida em apartamento, moradia ou outra tipologia de habitação similar, inserida em áreas residenciais na comunidade, destinada a pessoas com deficiência ou incapacidade, com capacidade de viver de forma autónoma, e tem por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo. (Portaria n.º 77/2022 de 3 de fevereiro, 2022)
- **Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI)**
 - Disponibilização de um serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, para a realização de atividades que, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, esta não possa realizar por si própria. São destinatários/as finais da assistência pessoal referida no número anterior todas as pessoas com deficiência ou incapacidade que necessitam de apoio para prosseguir a sua vida de forma independente, sem prejuízo das demais condições de elegibilidade específicas fixadas no presente decreto-lei. (Decreto-Lei n.º 129/2017 de 9 de outubro, 2017)

- **Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**
 - Destina-se a pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional, designadamente entre experiências laborais.” (Portaria n.º 70/2021, 2021)
- **Lares Residenciais (Deficiência)**
 - Estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar. (Portaria n.º 59/2015, de 2 de março 2015)

Apesar de existirem vários tipos de resposta, esta dissertação tem como principal objetivo o estudo das sexualidades na resposta de **Lar Residencial**. Neste tipo de resposta as pessoas com Diversidade Funcional residem diariamente, estabelecendo novas relações com quem exploram e desenvolvem as suas sexualidades. Tratando-se este tipo de resposta de um “lar”, consideramos ser muito importante a recolha e análise de mais informações por forma a compreendermos como são as vivências a um nível pessoal e sexual, quer de pessoas com Diversidade Funcional, quer da equipa que as apoia e acompanha, diariamente.

E. As sexualidades

*“[A Sexualidade] É um aspeto central do ser humano ao longo da vida;
engloba sexo, identidades e papéis de género, orientação sexual,
erotismo, prazer, intimidade e reprodução”*
Organização Mundial de Saúde

Para abordarmos as sexualidades, é necessário em primeiro lugar clarificar conceitos, uma vez que os termos *Sexo e Sexualidade* são muitas vezes utilizados como sinónimos, apesar de terem definições bastante diferentes.

Segundo a Ordem dos Psicólogos Portugueses:

O **Sexo** (vulgarmente conhecido por sexo biológico) é atribuído na altura do nascimento, através da observação dos órgãos genitais do/a bebé (observação do fenótipo) que transmitem uma possibilidade de aquele ser se tratar de um macho ou de uma fêmea. (...). Por outro lado, “o

Género (habitualmente conhecido por sexo cultural ou social) é uma construção social decorrente das expectativas criadas em torno da pertença sexual.”. (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2020, p.6).

O que se observa atualmente na nossa sociedade é que os rapazes e raparigas são tratados de forma diferente logo a partir do nascimento e esperam-se comportamentos diferentes dos dois sexos. Para os rapazes, espera-se que sejam homens com força, competitividade, agressividade, entre outros, enquanto para as raparigas, que sejam mulheres amáveis, com sensibilidade, afetuosas e empáticas. Desta forma, ter uma atribuição médico-biológica do sexo feminino ou do sexo masculino parece pressupor, do ponto de vista social, uma associação a um determinado conjunto de características, papéis e normas pré-determinadas – os “papéis de género”. No entanto, nem todas as pessoas do sexo feminino se identificam com as características sociais associadas a esse conceito e o mesmo acontece para as pessoas do sexo masculino. Por este motivo, fala-se atualmente em “identidade de género”, ou seja, o “auto-reconhecimento pessoal e profundo enquanto homem ou mulher, enquanto ambos, ou enquanto trans. É ainda possível que não exista identificação com nenhum género.” (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2020, p.6). Segundo Joel e Vikhanski (2020), infelizmente:

(...) a preocupação com a origem das diferenças entre sexos não parece ser movida por uma vontade de melhorar a vida humana. Pelo contrário, tal como nos séculos passados, é alimentada – na maior parte dos casos inconscientemente- pelo desejo de justificar as desigualdades sociais entre sexos (p.35).

Por sua vez, a **Sexualidade** é reconhecida pela Associação Americana de Psicologia (2007), como algo que abrange todos os aspetos do comportamento sexual, incluindo identidade de género, orientação, atitudes e atividade. Beato (2018) refere que a Sexualidade:

É uma parte muito importante do processo de maturidade do ser humano, que liga de forma complexa o sistema nervoso, hormonal e metabólico. Desenvolve-se na interação social e na comunicação com os outros, a partir do contacto físico, da brincadeira, da assimilação de regras e de normas sociais. (...) É fantasia, capacidade de imaginar e de perceber, compreender conceitos simbólicos a partir de experiências do nosso dia a dia. É desejo, excitação, prazer (p.527).

A Organização Mundial de Saúde acrescenta que a Sexualidade:

É um aspeto central do ser humano ao longo da vida; ela engloba sexo, identidades e papéis de género, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores,

comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais (p.15).

Segundo Llarío et al. (2021), esta definição da OMS:

É amplamente aceite na maioria dos países desenvolvidos no que diz respeito ao cidadão médio. No entanto, quando se trata de pessoas com Diversidade Funcional intelectual, a compreensão e aceitação dessa definição é diferente, e até há pouco anos foram excluídas dela (p.2).

F. As sexualidades e a Diversidade Funcional:

“A via do silêncio é sem dúvida a mais fácil, mas não a melhor.”

Beato (2018)

Até há relativamente poucos anos atrás, acreditava-se que as pessoas com Diversidade Funcional não tinham necessidades sexuais. Romanach & Palacios (2008) e Jiménez (2018) fazem referência a um momento da história, intitulado “Modelo de Desconsideração” relatando que, nesta altura, a sexualidade de pessoas com Diversidade Funcional era avaliada com base em efeitos indesejados, fundamentalmente no campo da reprodução, de modo que não era uma opção admissível. Isto traduz a importância que a reprodução tinha na sociedade, e não fazia qualquer sentido que pessoas com Diversidade Funcional pudessem ter relações sexuais uma vez que não tinham, segundo os autores, capacidade de procriar. Esta visão puramente médica levou ao desenvolvimento de falsas crenças na sociedade em relação às sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional, criando mitos e preconceitos que, infelizmente, ainda se encontram bastante presentes na sociedade atual. Deste modo, é comum desenvolverem-se concepções, estereótipos e atitudes tais como: “São assexuadas”; “Não são atraentes para outras pessoas”; “Todas as pessoas com Diversidade Funcional são heterossexuais”; “Não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais”; “Não podem formar um casal ou se casar”; “Não conseguem usufruir de sexo normal e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo”; entre outros. (Llarío et al., 2021, p.3). Para além destas crenças, também se sabe que familiares de homens com Diversidade Funcional são mais permissivos às demonstrações dos seus afetos e sexualidade, ao contrário das mulheres que, em semelhança com o resto da população, são muitas vezes discriminadas relativamente à tomada de decisão sobre a sua saúde sexual. (Llarío et al., 2021, pp. 18 e 19).

Sexualidade em pessoas com Diversidade Funcional é, de facto, um tema complexo e diversificado, uma vez que estes indivíduos podem ter uma série de desafios físicos, cognitivos ou emocionais que afetam a sua expressão e experiências sexuais. No entanto, ao contrário do que se possa pensar, as pessoas com Diversidade Funcional têm as mesmas necessidades e desejos básicos de intimidade sexual que qualquer outra pessoa, independentemente do tipo ou gravidade da sua Diversidade Funcional. Llarío et al. (2021), sustenta que indivíduos com Diversidade Funcional podem mostrar uma experiência de sexualidade semelhante à de pessoas sem Diversidade Funcional. Porém, como nos diz Beato (2018):

As características podem acrescentar particularidades ao modo como se relacionam e vivenciam a sexualidade, normalmente pelo défice de competências sociais, as questões sensoriais, inexperiência ou dificuldade em compreender os limites nas interações sociais. Isso não significa que não tenham capacidade e gratificação sexuais (p.556).

Ainda segundo a autora, devido à maturidade sexual tendencialmente mais tardia e à dificuldade em compreender a intimidade e normas sociais, os jovens com Diversidade Funcional podem apresentar comportamentos sexuais desadequados.

É por isso de extrema importância entender que as sexualidades estão igualmente presentes nestas pessoas e que é fulcral incidir na sua Educação Sexual, de uma forma desprovida de estereótipos e/ou preconceitos tal como é geralmente feito com indivíduos sem Diversidade Funcional. A Educação sexual é importante para capacitar indivíduos com Diversidade Funcional, dotando-os de conhecimento e ferramentas importantes para que tomem decisões informadas sobre a sua saúde e bem-estar sexual e protegendo-os de experiências sexuais indesejadas ou não seguras incluindo, por exemplo, infeções sexualmente transmissíveis (IST) a gravidez indesejada. Muitas vezes, o facto de não se abordarem as questões da Educação Sexual de uma forma adequada faz com que as pessoas com Diversidade Funcional se sintam confusas, com vergonha e isoladas. É neste sentido importante que os/as profissionais que trabalham com pessoas com Diversidade Funcional sejam instruídos e tenham conhecimentos avançados nesta área. Quanto mais se falar e normalizar a Educação Sexual na área da Diversidade Funcional, mais facilmente a sociedade vai acolher e ser mais solidária para as pessoas nela envolvidas.

Segundo a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, em Portugal, em termos legislativos:

O nível de proteção dos direitos sexuais é bastante assinalável e isso tem sido evidente quando se comparam as legislações de diversos países ditos “desenvolvidos”. Mas existe ainda muito a

fazer no que se refere à transposição destes princípios legais para a vida das pessoas e para a plena vivência da sexualidade sem discriminação. (...) A Educação Sexual formal ou informal e o debate público e mediático de temas relacionados com a sexualidade com base no conhecimento científico (e não em mitos) é outro importante meio que pode e deve ser usado para promover a saúde sexual e os direitos sexuais (Freire, 2017, pg.10).

Ramalho, N. (2021) refere que a diversidade:

É uma componente da realidade social, pelo que as particularidades que unem e diferenciam os grupos ou categorias sociais não deveriam resultar em discriminação, desigualdade e/ou exclusão. Quando tal acontece é porque as diferenças não são socialmente aceites e, desse modo, a luta pelo reconhecimento do “direito à diferença” - uma das dimensões dos direitos humanos- acaba por implicar questões éticas e políticas (p.123).

Existem vários desafios, ao nível das suas sexualidades, que pessoas com Diversidade Funcional podem enfrentar. Mas também existem recursos e organizações que se focam na promoção da saúde sexual e do bem-estar. Estes recursos podem incluir dispositivos adaptativos, prestadores/as de cuidados de saúde especializados, e materiais educativos adaptados a cada tipo de Diversidade Funcional. Cada recurso deve ser adaptado às necessidades e capacidades específicas de cada indivíduo. Rui Machado, numa entrevista à sociedade portuguesa de sexologia clínica, fala-nos “numa figura inexistente em Portugal”: o/a assistente sexual. A definição de assistente sexual e a sua implementação, segundo este, “variam de país para país, não sendo um conceito com uma compreensão universalmente aceite.” Rui Machado faz referência a um ativista catalão, António Centeno, que defende a assistência sexual:

Como a possibilidade de acesso ao próprio corpo, ou seja, quando alguém não se consegue masturbar ou ter relações sexuais sem a ajuda de um terceiro elemento (comum em casais em que ambos têm diversidade funcional) esta figura tem esse papel facilitador (Machado, 2017, pg. 21).

Tanto é inculcido a “forma correta de amar” como os ideais de beleza quase sempre irrealistas e pouco saudáveis. Nestes ideais e imagens concebidas não existe lugar à diversidade humana, o que acaba por criar e reforçar mitos que deveriam ser destruídos. De facto, todos os corpos podem dar e receber prazer. Enquanto se nascer sempre com coração, os afetos serão de todos quanto nasçam (Machado, 2017, pg. 16).

G. Necessidades de pessoas com Diversidade Funcional para a manifestação segura das suas sexualidades

*"A vivência da sexualidade é também influenciada
pelos seus diversos graus de afetividade."*

Llario et al. (2021)

Segundo Llario et al. (2021), “o desenvolvimento saudável da sexualidade baseia-se necessariamente em um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes positivas em relação à sua expressão” (p.38). Esta falta de conhecimento aumenta a vulnerabilidade a riscos físicos, como é o caso das infeções sexualmente transmitidas (por exemplo, vírus da imunodeficiência humana, sífilis, entre outras).

Segundo McCarthy, M. (2010) raparigas com Diversidade Funcional são mais suscetíveis a este tipo de infeções, por terem um maior risco de abuso sexual, falta de conhecimento sobre o tema, relações ocasionais (devido à imagem social dos matrimónios em que uma ou mais pessoas têm Diversidade Funcional) e dificuldade em ter sexo seguro, com recurso por exemplo ao preservativo, devido a inibição comportamental.

Um estudo de Wells et al. (2014) mostra que 67% das participantes sexualmente ativas (com diversidade funcional) não tinham qualquer informação prévia sobre VIH ou, se tinham, era muito pouca pelo que se torna particularmente relevante assegurar a formação sobre estas infeções sexualmente transmitidas. Num outro estudo, realizado por Van Schroyen et al. (2011), com 234 mulheres com diversidade funcional, 78% sabiam o que era um preservativo, mas apenas 22% afirmavam utilizá-lo nas suas relações.

Numa outra vertente, O'Toole, C. J. & Doe, T. (2002) mencionam também a dependência que as pessoas com Diversidade Funcional têm, nomeadamente ao nível da necessidade apoio de outros membros da comunidade, na hora de tomar decisões pessoais, como é o caso da escolha de um companheiro/a.

Torna-se assim particularmente relevante instruir e acompanhar pessoas com Diversidade Funcional para que não só saibam dos perigos que existem na manifestação da sua sexualidade, mas também como se proteger e que decisões tomar para garantir que estão seguras.

H. Preparação da família e da equipa de resposta institucional, para questões relacionadas com as sexualidades

*" A única maneira de alcançar o sucesso
é garantir a participação da família e dos profissionais."*

Cobo (2012)

É muito comum que a vida da pessoa com Diversidade Funcional seja realizada do lar para o domicílio e do domicílio para o lar, sendo essencial a participação da família e dos/as profissionais que dão apoio a estes indivíduos. (Cobo, 2012)

Por um lado, a família tem um papel fundamental na educação sexual das pessoas com Diversidade Funcional, devendo dar apoio no processo de aprendizagem contínua de conceitos relacionados com a temática das sexualidades. No entanto, isto nem sempre acontece, muito devido ao incómodo e à dificuldade que surge quando se abordam temas basilares como a menstruação, preferências sexuais ou relações sexuais, muitas vezes vistos como tabu pela sociedade (Isler et al, 2009; Schaafsma et al., 2015). Estes receios e inseguranças são barreiras para uma correta e fluída comunicação sobre esta temática o que, em última instância, se traduz muitas vezes na falta de apoio familiar (relativamente ao tema das sexualidades) para as pessoas com Diversidade Funcional. Felizmente, nos últimos anos, já se verifica uma tendência e preocupação para capacitar as famílias sobre esta temática por forma a reduzir os níveis de desinformação (Lafferty et al., 2012).

Já a um nível institucional, é importante que a equipa técnica esteja preparada e equipada para lidar, da melhor forma possível, com a manifestação das sexualidades dos/as utentes da instituição. Neufeld, J.A. et al (2002) referem que “os prestadores de cuidados de saúde devem estar informados sobre tecnologias adaptativas e de apoio, bem como o uso de assistentes de cuidados pessoais para apoiar a expressão saudável, embora por vezes atípica, da sexualidade de alguém” (p.869), mostrando que os/as profissionais devem ter acesso a equipamentos que facilitem a manifestação sexual dos utentes da instituição. Cobo (2012, p.16) refere ainda que o foco profissional deverá sempre passar por “partir das particularidades e vivências pessoais, para que a pessoa se sinta confortável com a sua forma de expressar a sexualidade, evitando situações indesejadas (gravidez, doença, violência...) com uma abordagem positiva" (p.16)

No entanto, é importante ter em conta que os/as profissionais são frequentemente limitados por políticas institucionais (ausentes ou restritivas). Esta falta de diretrizes claras leva a ações baseadas em ideias pessoais, por vezes erradas. Estudos indicam a tendência

conservadora e a evitação de temas, reduzindo as possibilidades de vivência graficamente das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional a comportamentos específicos. (Plano, C. G. D. C. de Auditoria Social)

Um outro aspeto frequentemente considerado como alicerce para as equipas que sustentam resposta institucional é o de formação contínua, em diversos tópicos, incluindo as sexualidades. Neste contexto, Dios et al. (2006) destacam a importância de que os/as profissionais sejam instruídos/as em várias áreas, de modo a adotarem as seguintes atitudes face à problemática das sexualidades:

- Informar-se e compreender o que se deseja ensinar, apresentando o material de forma aberta, franca e adequada às necessidades educacionais das pessoas com deficiência
- Criar um clima de confiança, respeito e transmitir uma atitude positiva em relação à sexualidade
- Manter a atenção das pessoas com as quais trabalha no conteúdo a ser abordado, apoiando-se na utilização de materiais concretos, exemplos aplicados à sua realidade, exercícios, prática, auxiliando na nomeação, etc.
- Transmitir às pessoas com deficiência o sentimento de que elas podem comunicar e expressar abertamente suas dúvidas e preocupações.
- Levar em consideração e aceitar a singularidade e as diferenças individuais das pessoas com deficiência, bem como os valores de suas famílias.
- Saber ouvir e ajudar a resolver problemas nesta área de maneira flexível.
- Ser honesto/a consigo mesmo/a e com as pessoas com deficiência. Se enfrentar dificuldades em lidar com algum tema ou situação, e procurar ajuda para isso.
- Estar atento/a a atitudes sexistas que limitam e impedem que as pessoas possam desenvolver plenamente todo o seu potencial, independentemente de seu sexo.
- Não problematizar o tema. A sexualidade vai além do risco de gravidezes indesejadas, ISTs, VIH, abuso, etc.

É importante ainda destacar que o papel dos/as profissionais na sexualidade não difere dos restantes papéis, pois devem trabalhar a partir de um apoio não paternalista e de forma profissional, colocando o foco na pessoa e adaptando-se às suas necessidades, possibilidades e capacidades (Cobo, 2012). A educação sexual saudável deve incluir o desenvolvimento de habilidades de comunicação eficazes, habilidades de tomada de decisão, assertividade e a capacidade de dizer 'não'. (Neufeld, J.A. et al, 2002).

Segundo López (2021), todas as pessoas têm o direito de receber informação para tomarem as suas decisões e adotarem comportamentos que promovam o seu bem-estar. Existirão tantas opções e comportamentos sexuais quantas as pessoas e as situações, todos baseados nos direitos humanos universais e numa visão positiva da sexualidade, que não se reduz à genitalidade, abrangendo a totalidade do corpo e as dimensões psicológicas e sociais da sexualidade, bem como os diferentes tipos de relações interpessoais.

Para finalizar, sinteticamente, este capítulo teórico, é importante referir que, embora existam já estudos nesta área e alguma legislação, continua a ser uma temática relativamente recente e ainda com um relativamente baixo número de publicações e trabalhos científicos. Segundo Milligan, M. S. & Neufeldt, A.H. (2001), antes da década de 1970, foi realizada uma quantidade mínima de investigação sobre sexualidade e deficiência. O tema era tradicionalmente considerado pessoal, privado e não uma componente necessária da reabilitação e da saúde geral de alguém.

II. Estudo Empírico

Neste capítulo pretende-se apresentar os objetivos de estudo, bem como os procedimentos e a metodologia de investigação utilizada. Começamos por identificar o método escolhido, seguindo para uma caracterização dos/as participantes selecionados/as, descrevendo o processo de recolha de dados e a forma como é atingida a saturação teórica das respostas. Por fim, procedemos à apresentação do método de análise e à discussão dos resultados.

Neste estudo utilizamos uma metodologia de investigação qualitativa, uma vez que se pretende analisar significados e construções subjetivas. Relativamente ao instrumento para a recolha de dados, selecionamos a entrevista semiestruturada, realizada a um total de seis pessoas.

A análise de dados foi realizada com recurso à metodologia de análise temática (Braun & Clarke, 2006), partindo do paradigma social construcionista. Estas questões serão aprofundadas ao longo do presente capítulo.

A. Objetivos

Este trabalho teve como **objetivo principal perceber como são abordadas as sexualidades nos Lares Residenciais para pessoas com Diversidade Funcional**. Desta forma pretendemos compreender as práticas e trabalho desenvolvido nas instituições, nomeadamente Lares Residenciais, relativamente às sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional. Tencionamos entender como são abordadas as sexualidades e qual a visão que os/as profissionais, Diretores/as Técnicos/as e/ou Assistente Social, Auxiliares/Colaboradores/as, têm relativamente ao tema e à sua importância para os utilizadores desta resposta.

Com este estudo, pretende-se reforçar o papel do Serviço Social na abordagem e na reposta às questões das sexualidades dos/das utentes nos Lares Residenciais, por se tratar de uma área que trabalha no sentido do *desenvolvimento da mudança social, da coesão social e do empowerment*. Para além disso, as direções técnicas são muitas vezes atribuídas a Assistentes Sociais, o que adiciona valor a este estudo.

Consideramos pertinente entrevistar também alguns monitores/as destas instituições, por forma a perceber como põem em prática as diretrizes sugeridas pelos/as Diretores/as Técnicos/as, uma vez que trabalham com os/as utentes diariamente, de uma forma mais próxima.

Desta forma, pretende-se dar resposta aos seguintes **objetivos específicos**:

- Conhecer a opinião dos/das profissionais das Instituições: Diretor/a Técnico/a e/ou Assistentes Sociais, Auxiliares/Colaboradores/as (Objetivo 1);
- Conhecer as práticas desenvolvidas no Lar Residencial no sentido de promover a inclusão e o debate sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional (Objetivo 2);
- Identificar as dificuldades sentidas pelos/as profissionais na abordagem das sexualidades nas instituições (Objetivo 3);
- Perceber a importância atribuída pelos Diretores/as Técnicos/as, Auxiliares, Colaboradores/as à formação na área das sexualidades para trabalhar com os utentes (Objetivo 4).

B. Participantes

Por forma a cumprir com os objetivos acima enunciados, a investigação foi realizada a dois grupos diferentes (Diretores/as Técnicos/as, Auxiliares/Colaboradores/a) com um total de seis participantes. A escolha destes dois grupos deriva do facto de a análise ser realizada no contexto de resposta de Lares Residenciais para pessoas com Diversidade Funcional, e ambos os grupos estarem envolvidos nas mesmas respostas. Todas as entrevistas foram realizadas a profissionais de instituições sediadas no Porto e Braga.

Apesar de existirem outras respostas na área da Diversidade Funcional que merecem e poderiam ser abrangidas, optámos pela escolha do Lar Residencial por permitir refletir sobre as práticas e trabalho desenvolvido nas instituições relativamente às sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional, uma vez que se trata de uma resposta “casa” para muitos jovens.

Um dos objetivos iniciais seria entrevistar também utentes de Lar Residencial, por considerar igualmente importante para este estudo ouvir o que têm a dizer sobre o trabalho desenvolvido pelos/pelas profissionais das instituições relativamente às suas sexualidades. Isto permitiria verificar de que forma está a ser percecionado o trabalho dos/as profissionais. No entanto, na realização do projeto piloto, constatou-se uma grande dificuldade por parte dos utentes em percecionarem e posicionarem-se relativamente ao trabalho dos/as profissionais nas respostas de Lar Residencial, motivo pelo qual não foi viável a inclusão de utentes no estudo.

Encontramos ainda dificuldade em encontrar instituições disponíveis para nos responder e ajudar nesta investigação, por esse motivo apenas nos foi possível realizar seis entrevistas.

Nas tabelas que se seguem (Tabela 1 e Tabela 2), são apresentados os dados sociodemográficos dos participantes, divididos em dois grupos.

O primeiro grupo inclui uma Assistente Social (F) e duas Diretoras Técnicas (A e B) sendo, uma delas, também Assistente Social. As letras foram atribuídas de forma aleatória, conforme a realização das entrevistas.

Tabela 1 - Dados Sociodemográficos das Diretoras Técnicas e Assistentes Sociais

Dados Sociodemográficos das Profissionais	Entrevistas		
	A	B	F
Idade	43 anos	43 anos	27 anos
Género	Feminino	Feminino	Feminino
Nível Académico	- Licenciatura em serviço social. - Pós-graduação em gestão de organizações de terceiro setor, - Especialização em educação especial - Mestrado em gestão de organizações de terceiro setor	Licenciatura	Licenciatura
Área de Formação	Serviço social	Motricidade Humana	Serviço Social
Há quanto tempo trabalha na área de Diversidade Funcional	14 anos	20 anos	3 anos
Tempo que trabalha na Instituição Seleccionada para estudo	14 anos	20 anos	1 ano
Qual a sua profissão na Instituição	Diretora geral, nas valências da instituição (CACI e Lar Residencial)	Diretora Técnica do Lar Residencial e acúmulo funções de psicomotricista num dos CACI's	Assistente Social

O segundo grupo, diz respeito a três auxiliares (C, D e E) que trabalham diretamente com pessoas com Diversidade Funcional em Lares Residenciais.

Tabela 2 – Dados Sociodemográficos das Auxiliares e Colaboradores

Dados Sociodemográficos das Profissionais	Entrevistas		
	C	D	E
Idade	34 anos	23 anos	23 anos
Género	Feminino	Feminino	Feminino
Nível Académico	Licenciatura	Licenciatura	12º ano
Área de Formação	Reabilitação psicomotora	Línguas, Literaturas e Culturas	Técnica Auxiliar de Saúde
Há quanto tempo trabalha na área de Diversidade Funcional	4 anos	2 anos	5 anos
Tempo que trabalha na Instituição Seleccionada para estudo	4 anos	2 anos	5 anos
Qual a sua profissão na Instituição	Auxiliar	Auxiliar	Auxiliar

C. Métodos de Recolha de Dados

A pesquisa partiu de um paradigma social construcionista, que identifica padrões que são socialmente produzidos (Braun & Clarke, 2006).

Este paradigma epistemológico descreve a experiência dos indivíduos como socialmente produzida e reproduzida, não sendo algo intrínsecos aos mesmos (Braun & Clarke, 2006). O construcionismo contrasta com o realismo/essencialismo, no sentido em que não acredita numa verdade universal e única para todos os indivíduos. Assim sendo, torna-se o paradigma ideal para responder ao objetivo do estudo, uma vez que as sexualidades são construções sociais e as respostas de cada participante baseiam-se nessa mesma construção.

Uma vez que o tema abordado neste estudo é de grande complexidade e que envolve diferentes experiências, torna-se benéfico utilizar a metodologia qualitativa, permitindo uma avaliação mais profunda das respostas obtidas (Braun & Clarke, 2006). Dos métodos qualitativos existentes, escolhemos utilizar a entrevista semiestruturada, uma vez que permite às participantes expressarem livremente as suas opiniões e experiências, permitindo que se explorem significados subjacentes a cada pergunta, algo que não seria possível, por exemplo, utilizando uma entrevista estruturada, visto que esta daria respostas mais simples. Este método permite também ajustar as perguntas seguintes de acordo com as respostas obtidas, de modo a criar um diálogo mais autêntico.

Para as entrevistas individuais, preparamos um guião (Anexo B), que serviu para orientar a investigadora, mas, como referido anteriormente, permitia acrescentar novas questões consoante o decorrer da entrevista. (Braun & Clarke, 2006). Este guião foi preparado com base na literatura científica já existente sobre os temas principais que se pretende estudar. Foi, posteriormente, revisto pelo orientador e testado grupo para reflexão falada sobre as perguntas elaboradas, a fim de adequar as perguntas aos objetivos do estudo e adaptar a linguagem ao público-alvo. As questões foram elaboradas partindo da necessidade de perceber a abordagem das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional inseridas em lares residenciais, e foram, posteriormente, agrupadas em seis temas principais:

- (A) Caracterização dos/as profissionais das instituições
- (B) Determinação dos conhecimentos dos/as profissionais das instituições
- (C) Conhecer a opinião dos/das profissionais das Instituições relativas às sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional
- (D) Conhecer as práticas desenvolvidas no Lar Residencial no sentido de promover a inclusão e debate sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional
- (E) Identificar as dificuldades sentidas pelo/as profissionais na abordagem das sexualidades na instituição
- (F) Perceber a importância atribuída pelos/as profissionais quanto à formação na área da sexualidade para trabalhar estas questões com pessoas com Diversidade Funcional.

No seguimento do objetivo geral da investigação e da divisão pelos seis temas principais, no Anexo B, descrevemos de forma pormenorizada os **objetivos específicos** do estudo e como as perguntas da entrevista foram elaboradas no seguimento destes objetivos.

As entrevistas foram maioritariamente realizadas presencialmente nas instituições, com exceção de uma, realizada online através da plataforma ZOOM, no final do mês de junho. Todas as entrevistas tiveram a duração média de 25 minutos, tendo sido gravadas em formato áudio, com o devido consentimento das profissionais entrevistadas (Anexo A). O áudio destas entrevistas foi posteriormente transcrito para formato de texto que, por sua vez, foi utilizado nesta tese para análise de resultados e extração de excertos representativos das respostas de cada entrevista.

D. Exploração e verificação da saturação teórica

O conceito de saturação teórica é um dos elementos-chave no que respeita à pesquisa qualitativa e recolha de informação para dar resposta a uma determinada pergunta de partida (neste caso, o objetivo do estudo realizado). Segundo o trabalho de Fontanella et al. (2011), a saturação teórica representa uma abordagem metodológica que tem como objetivo identificar o ponto em que a recolha e análise de dados qualitativos refletem uma compreensão completa dos temas em estudo. Os autores demonstram com exemplos como é que a saturação teórica é alcançada, na prática, exemplos estes que serviram como base para a metodologia seguida nesta dissertação.

Porque apenas conseguimos realizar seis entrevistas, torna-se pertinente um estudo da saturação teórica das respostas das profissionais entrevistadas por forma a analisar a necessidade de realização de novas entrevistas para enriquecer o trabalho e atingir os objetivos propostos para esta investigação.

Para realizar uma análise detalhada das respostas, foi necessário rever todas as transcrições das entrevistas e agrupar as expressões por grupos gerais de resposta de forma a facilitar a análise de saturação teórica. Ambos os grupos de resposta, o respetivo enquadramento ao nível de questões e a avaliação de saturação teórica são apresentados nas tabelas incluídas no Anexo C.

A primeira tabela a ser elaborada respeita ao grupo de questões que visam adquirir “*Conhecimento dos/as profissionais das Instituições sobre os conceitos de Diversidade Funcional, Sexo e Sexualidades*”. Neste contexto, organizamos a tabela com base nos distintos “tipos de resposta”, com o objetivo de averiguar a presença de respostas novas ou uma eventual saturação nas respostas fornecidas. Constatámos que alcançámos a saturação teórica após a quarta entrevista, isto é, verifica-se uma repetição dos “tipos de resposta” previamente apresentados em respostas de entrevistas prévias.

Aplicamos a mesma lógica, para verificação de saturação teórica, às outras questões de investigação e cujos resultados são apresentados nas restantes tabelas. Na tabela correspondente “Conhecimento sobre práticas desenvolvidas no Lar Residencial no sentido de promover a inclusão e o debate sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional”, a saturação teórica é atingida após três entrevistas, embora tenham surgido novos tipos de resposta devido às diferenças entre grupos profissionais (p.e., entre auxiliares e colaboradores).

Para o grupo de questões que pretendem a “Identificação de dificuldades sentidas pelas profissionais na abordagem das sexualidades nas instituições” verificamos que atingimos a saturação teórica a partir da 4ª entrevista.

Quanto às questões que avaliam a “Importância atribuída pelas profissionais quanto à formação na área das sexualidades para trabalhar com os utentes” a saturação teórica foi atingida a partir da 2ª entrevista.

A razão pela qual não foram realizadas mais entrevistas está relacionada com a obtenção da saturação teórica. Isto significa que chegámos a um ponto em que a realização de novas entrevistas terá uma probabilidade baixa de adicionar novos tipos de resposta e informações relevantes quer para o cada grupo de questões, quer para dar resposta à pergunta de partida da tese. Fontanella et al. (2011), “interrompe-se a coleta de dados quando se constata que elementos novos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais depreendidos a partir do campo de observação”. (p. 389)

E. Métodos de Análise de Dados

Para a análise dos dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas, utilizamos o método de análise temática, tendo por base as proposições de Braun e Clark (2006). Este é um método frequentemente utilizado em pesquisa qualitativa, particularmente na análise de dados narrativos (Reses, G., & Mendes, I.; 2021), uma vez que dá espaço à subjetividade e interpretação das respostas por parte do/a entrevistador/a.

Segundo as autoras, a metodologia de análise temática decompõe-se em seis fases, aqui detalhadas na Tabela 3. Após a realização das entrevistas, deu-se início à análise dos dados seguindo estas mesmas fases, sendo mapa temático e a descrição de temas subtemas e códigos desta análise apresentados na Secção III (Análise dos Dados).

Tabela 3 - Fases do processo de análise temática de Braun e Clarke (2006).

Fase	Descrição da Fase	Descrição do processo
1	Análise e familiarização com os dados recolhidos	Transcrever dados (se necessário), ler e reler os dados, anotar ideias iniciais.
2	Criação de códigos iniciais	Codificação de características interessantes dos dados de forma sistemática em todo o conjunto de dados, agrupando excertos relevantes para cada código.
3	Pesquisa de temas	Agrupar códigos em unidades maiores, denominadas de temas, reunindo todos os dados relevantes para cada tema
4	Revisão de temas	Verificando os temas funcionam em relação aos excertos de texto codificados e o conjunto de dados. Construção do mapa temático da análise.
5	Definição e nomeação de temas	Análise contínua para refinar as especificidades de cada tema, e a história geral que a análise conta; gerando definições e nomes claros para cada tema.
6	Elaboração do relatório	Seleção de exemplos de extratos vívidos e convincentes, análise final de extratos selecionados, relacionando a análise com a questão de pesquisa e literatura, produzindo um relatório acadêmico da análise.

III. Análise dos Dados

Neste subcapítulo são apresentados e discutidos os resultados da análise temática, sendo que esta análise irá debruçar-se sobre as profissionais entrevistadas, reforçando o papel do Serviço Social nestas questões. Seguindo a análise de Braun e Clark (2006), de forma a estabelecer as relações temáticas, realizamos um mapa de análise onde são apresentados os temas e subtemas resultantes do processo de análise, bem como os códigos dos mesmos (ver Figura 1). Optamos por colocar de seguida o mapa temático, para que seja mais fácil acompanhar a análise que foi realizada ao longo da investigação, uma vez que, de seguida, vamos apresentar e discutir de forma detalhada todos os elementos da análise. Alteramos algumas designações por considerarmos que desta forma é mais fácil entender a divisão dos temas e o que os mesmos querem mostrar.

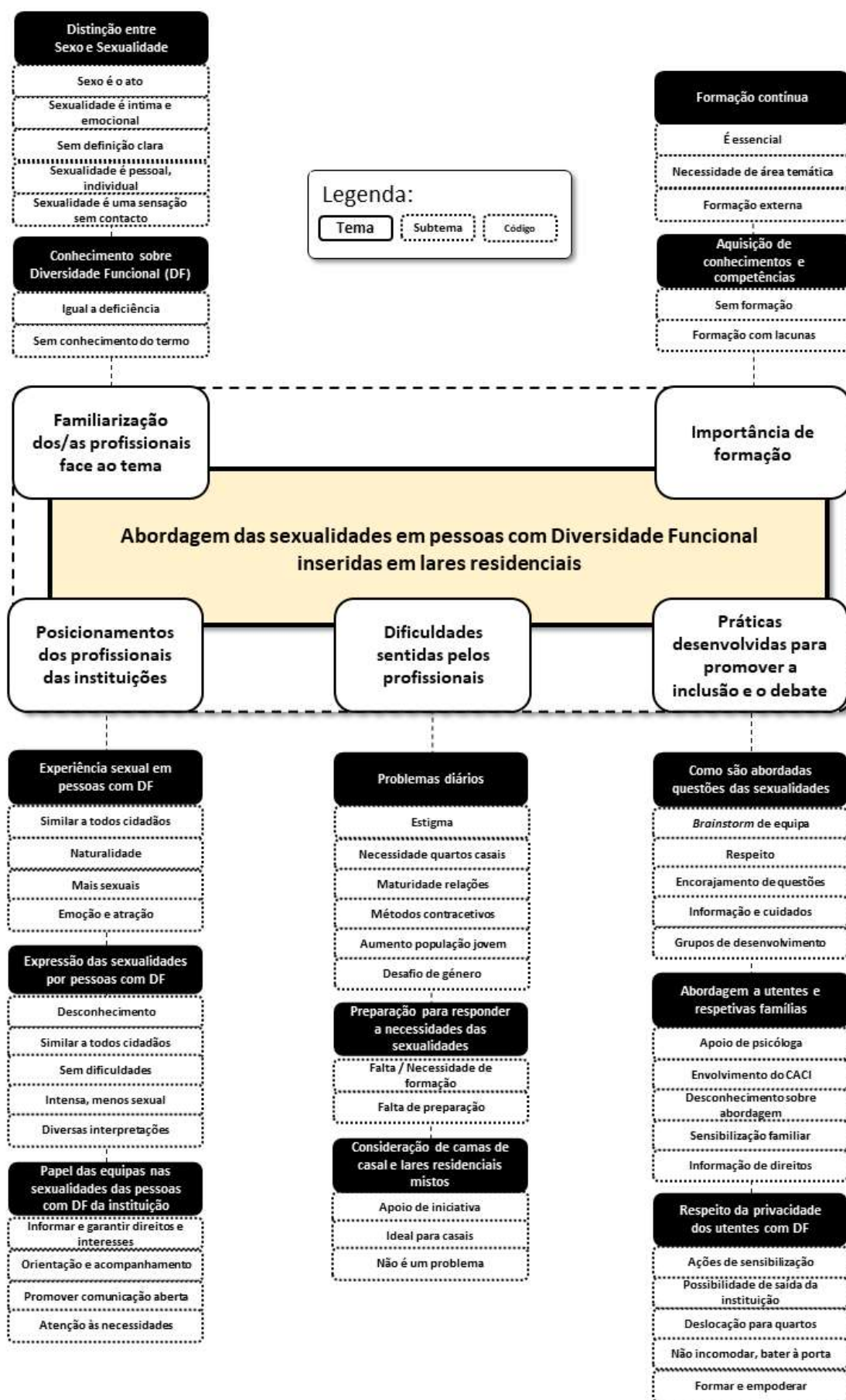


Figura 1 - Mapa Temático da Análise das Entrevistas

A. Familiarização das profissionais face ao tema

Este tema emergiu da análise e codificação das respostas a duas questões, cujo objetivo principal era perceber se as profissionais estão familiarizadas com as questões das sexualidades de uma forma global e com o conceito de Diversidade Funcional. Estes conceitos são importantes para que todos estejam cientes do contexto da entrevista e esclarecidos sobre o que pretendemos analisar.

A.1 Distinção entre Sexo e Sexualidade

Códigos integrados nos temas e subtemas: Sexo é o ato; sexualidade é íntima e emocional; sem definição clara; sexualidade é pessoal, individual; sexualidade é uma sensação sem contacto.

Os conceitos de sexo e sexualidade são muitas vezes utilizados como sinónimos, apesar de terem, atualmente, significados bastante diferentes. Quando falamos de sexo, referimo-nos ao sexo com o qual a pessoa nasceu, ou seja, sexo feminino ou masculino. Já a Sexualidade, segundo a OMS (2015),

(...) engloba sexo, identidades e papéis de género, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais (p.15).

Este subtema torna-se necessário, para percebermos se as pessoas entrevistadas estão familiarizadas com estes dois conceitos que apesar de não serem iguais, são frequentemente confundidos. A maioria das profissionais entrevistadas não conseguiu dar uma definição única sobre a sexualidade, vendo esta como um conceito mais abstrato e de difícil explicação:

“Não tenho bem uma definição para ela. É daquelas coisas que sabes o que é, mas não consegues explicar.” (D)

“Sexo, no meu entendimento tem que ver com o ato em si. A sexualidade tem que ver com (...) este envolvimento mais íntimo” (A)

O conceito de "sexo" foi rapidamente compreendido e explicado por algumas das profissionais entrevistadas como estando ligado ao gênero. Outras consideram que o "sexo" é o próprio ato. sexual, podendo surgir alguma confusão na definição do termo.

“(...) sexo é mais o ato e sexualidade talvez seja mais relacionado com a pessoa sozinha, masturbação (...)” (E)

“(...) o sexo muitas das vezes é uma questão de género, é do sexo masculino ou do sexo feminino, a sexualidade (...) relacionar emocionalmente com outra pessoa.” (B)

“Sexo se calhar é mais o ato, o ato sexual e sexualidade (...) as emoções, a atração que poderá existir entre uma pessoa ou outra (...)” (C)

“Sexo é aquilo que nos obriga a ter um par seja ele do mesmo género ou não. Sexualidade (...) traz boas sensações, não implica o meu contacto com outra pessoa.” (F)

Finalizando este subtema, deixamos uma frase mencionada no trabalho de Esmail, et. al (2010) "Talvez quando a definição de sexualidade na nossa cultura se tornar mais flexível e abrangente, não existirá o conceito de 'normal' versus 'diferente', mas sim todas as formas de expressão sexual serão acolhidas." (p. 1153)

A.2 Conhecimento sobre Diversidade Funcional

Códigos integrados nos temas e subtemas: Igual a deficiência; sem conhecimento do termo.

Este subtema emerge da análise às perguntas que indagam as profissionais entrevistadas sobre o conceito de Diversidade Funcional, que será uma das principais expressões a utilizar transversalmente ao longo de toda a entrevista. Observamos que muitas das profissionais entrevistadas não tinham conhecimento sobre a expressão, pelo que foi importante darmos essa explicação, numa fase inicial da entrevista.

Segundo as respostas obtidas, duas das profissionais entrevistadas consideram que a expressão Diversidade Funcional e Deficiência são sinónimos.

“(...) aquilo que outrora falávamos como deficiência, já falamos de algo como deficiência intelectual, já se falou de vários tipos de nomenclaturas para designar deficiência.” (A)

“(...) são todas aquelas pessoas que têm estrutura corporais com capacidades diferentes, aquilo que nós chamamos de perturbação de desenvolvimento intelectual” (F)

As restantes apresentam definições pouco claras ou desconhecimento sobre o conceito.

“Já ouvi falar, mas gostaria de ouvir falar sobre isso também.” (B)

“Não sei” (C; D; E)

É relevante mencionar que a introdução de novos conceitos mais abrangentes relacionados com a Diversidade Funcional assume uma importância significativa para a discussão. Estes conceitos destacam a relevância do conhecimento na prevenção da utilização de termos que possam inadvertidamente marginalizar o público com o qual colaboramos. Isto é particularmente pertinente dado que as organizações de apoio a jovens com Diversidade Funcional orientam os seus esforços no sentido da promoção da igualdade e da não discriminação.

B. Posicionamentos das profissionais das instituições

Quando trabalhamos as questões das sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional é importante num primeiro momento perceber como é que nós vemos as sexualidades, se estamos confortáveis com o tema, se para nós a sexualidade é algo normalizado e saudável ou; se, pelo contrário, representa algo proibido, repugnante ou malicioso. E principalmente importa refletir sobre a mensagem que queremos passar às pessoas com quem trabalhamos estas questões.

B.1 Experiência Sexual em pessoas com Diversidade Funcional

Códigos integrados nos temas e subtemas: Similares a todos os cidadãos; Naturalidade; Mais sexuais; Emoção e atração.

As pessoas com Diversidade Funcional desenvolvem-se sexualmente, embora possa apresentar algumas particularidades na forma como se comportam e de se relacionar em contextos de intimidade, a sós ou com os outros. Mas é importante perceber que aquilo que se sabe, ou não, sobre as experiências sexuais de pessoas com Diversidade Funcional.

Algumas das profissionais entrevistadas respondem que:

“São uma aventura porque temos uma população ainda com formas muito diferentes de ver a sexualidade.” (F)

O desenvolvimento sexual de um indivíduo é um processo complexo que engloba as necessidades fundamentais de ser apreciado e aceito, de demonstrar e receber carinho, de sentir-se valorizado/a e atraído/a, bem como de partilhar pensamentos e emoções Murphy, e Elias (2006).

A verdade é que das entrevistas realizadas as profissionais referiram diferentes formas de ver a experiência sexual de pessoas com Diversidade Funcional, referindo que são similares a todos os cidadãos, que vivem a sexualidade de uma forma natural e que por vezes não ligam tanto à parte sexual em si e, dando mais ênfase às emoções e ligações que sentem com os seus pares. Segundo Koch (2002), muitas pessoas com Diversidade Funcional encontram liberdade na sua sexualidade, visto que deixam de estar tão dependentes do sexo penetrativo.

“(...) a sexualidade nas pessoas com Diversidade Funcional é muito próxima e semelhante a qualquer outro cidadão. (...) Existe desejo de intimidade, de envolvimento, de afeto ... que culmina no ato em si, no sexo (...)” (A)

“(...) considero uma coisa natural, que existe e que tem, que deve existir (...)” (B)

“A atração faz parte também, mas pelos casos que vejo é mais através da emoção e a atração em si (...)” (D)

“(...) à flor da pele. Acho que eles sentem e querem muito. (...)” (E)

Outras profissionais entrevistadas consideram que pessoas com Diversidade Funcional têm uma maior vontade de explorar as suas sexualidades e necessidade de estar com os seus pares. Considerando que por vezes possam apresentar dificuldade em definir os contextos de intimidade.

“(...) têm uma sexualidade mais apurada (...) Eles próprios nota-se que são mais sexuais (...)” (C)

Já Neufeld. et al (2002) chamam a atenção para este tipo de afirmações, referindo que a opinião de que “as pessoas com deficiência são supersexuais e têm impulsos incontroláveis” (p. 858) é um dos mitos comuns sobre pessoas com Diversidade Funcional e reforça que, no geral existem outros fatores que contribuem para esta causa “a pesquisa mostra que a separação dos sexos, o isolamento, a falta de educação sexual e a ignorância sobre a sexualidade são suscetíveis de levar a comportamentos sexuais inadequados e irresponsáveis (e muitas vezes criminosos)”. (p. 858)

B.2 Expressão das sexualidades por parte de pessoas com Diversidade Funcional

Códigos integrados nos temas e subtemas: desconhecimento; similar a todos os cidadãos; sem dificuldade; intensa, mas menos sexual, diversas interpretações.

Quando questionadas sobre como as pessoas com Diversidade Funcional expressam ou podem exprimir as suas sexualidades, as profissionais entrevistadas referem que algumas desconhecem o conceito de sexualidade.

“É uma dificuldade para alguns deles. Primeiro porque alguns desconhecem por completo o conceito de sexualidade. (...)” (F)

Outras consideram que as pessoas com Diversidade Funcional expressam a sexualidade de forma similar a qualquer outro cidadão, apresentando necessidades como o toque, uma palavra de afeto e demonstrações de carinho, que pode ou não resultar no envolvimento físico e não demonstrando dificuldades nestas demonstrações de afeto para com o/a companheiro/a.

“Como qualquer outro cidadão, através da necessidade da carência de afeto, da necessidade de um envolvimento, do toque, de uma palavra mais afetuosa ou de uma demonstração de carinho, de um espaço que possa suscitar e possa culminar num envolvimento sexual.” (A)

“(...) não têm dificuldade nenhuma em dizer que gostam ou não gostam daquela pessoa e que querem estar ou não estar com aquela pessoa em termos sexuais (...)” (B)

Llario et al. (2021) realizaram um estudo que visa analisar a vivência da sexualidade de pessoas com Diversidade Funcional. Neste estudo as autoras também concluíram que a maioria dos participantes mostra níveis de atividade sexual (imaginária ou real) e necessidades de afeto similares às da população geral, algo também anteriormente reportado nos trabalhos de Borawska-Charko et al. (2017) e García (2000).

Existem várias formas de viver e de expressar a sexualidade, que não através do ato sexual em si. Da mesma forma que a restante sociedade, pessoas com Diversidade Funcional têm necessidade de demonstrar todo o amor e carinho que sentem pelo outro. Isso pode ser visto como querer viver as relações com mais intensidade. Todo o ser humano quando está apaixonado gosta de demonstrar o carinho que tem e as pessoas com Diversidade Funcional não são diferentes. Têm vontade, desejos e procuram o que lhes dá prazer.

“(...) Eles vivem a sexualidade deles, mas de uma forma diferente. É intenso, mas não tanto sexual. (...)” (D)

“(...) vivem de uma forma mais intensa porque sentem mais necessidade de procurar o parceiro e de ter e fazer o ato sexual. (...)” (C)

Segundo Medlar (1998), independentemente do seu efeito na sexualidade, pessoas com Diversidade Funcional ainda têm desejos normais de proximidade e afeto, bem como a persistência do desejo sexual.

B.3 Papel das equipas nas Sexualidade das pessoas com Diversidade Funcional da instituição

Códigos integrados nos temas e subtemas: Informar e garantir direitos e interesses; orientar e acompanhar; promover comunicação aberta; atenção às necessidades.

Quando trabalhamos com pessoas é importante refletir o papel que temos nas vidas que nos rodeiam. Tudo aquilo que fazemos e dizemos tem impacto e, por isso, torna-se extremamente importante refletir sobre as nossas ações. Se o Serviço Social se preocupa com a mudança social, é importante questionários o papel que este está a ter nas instituições para mudar a forma como se pensa e abordam assuntos como o das sexualidades. Não só a um nível de clarificação de conceito, para os/as utentes, mas também para as respetivas famílias e, não menos importante, a equipa que ajuda na organização da instituição (por exemplo, técnicos de outras áreas, auxiliares e ajudantes de estabelecimento). Posto isto, e apesar desta questão/subtema ter sido apresentada a todas as entrevistadas, importa salientar o papel do Serviço Social.

As Assistentes Sociais entrevistadas referem a importância de informar e garantir os direitos e interesses das pessoas com Diversidade Funcional, principalmente no que respeita às suas sexualidades. Assim como trabalhamos no sentido de garantir outros direitos para pessoas com Diversidade Funcional, temos igualmente de lutar e capacitar para reivindicar o seu direito às sexualidades.

“(...) Informação é poder e é importante dar esse poder aos utentes para que se saiba e que eles que são detentores de direitos. A sexualidade é uma necessidade e é um direito que os utentes têm, para que não tenham a sua sexualidade reprimida. (...)” (A)

“(...) garantir ao máximo que eles têm acesso aos direitos deles. (...) Se eu tento garantir que aquelas pessoas têm acesso a condições de vida equilibradas, recursos económicos, alimentação e saúde, então eu como assistente social tenho de garantir

que eles têm direito à sexualidade. Essa é a base da minha intervenção nesta minha área com eles.” (F)

As restantes profissionais referem que os seus papéis estão mais direcionadas para orientar e acompanhar, falar e esclarecer dúvidas que vão surgindo em determinados momentos, estarem atentos a possíveis necessidades dos/as utentes e facilitar nas suas vivências sexuais.

“(…) que vai acompanhado, que vai direcionando, com um papel muito importante, acompanho os casais em si, dando algumas perspetivas, orientações e ao mesmo tempo trabalho a equipa para os acompanhar (…)” (B)

“(…) sempre que algum utente falar sobre esse assunto eu dou-lhe abertura para falar e tento também ser muito simples nas respostas que lhe posso dar (…)” (C)

“(…) Seja que for, o que eles precisarem, temos de estar abertos a isso.” (E)

Uma boa orientação e acompanhamento é extremamente importante visto que são estes profissionais que passam mais tempo com os/as utentes. Por esta razão todas as profissionais, independentemente seu papel na instituição, deveriam ter a devida preparação para trabalhar este tipo de questões, sem qualquer preconceito ou tabus. Abordaremos estas questões de forma mais detalhada ao longo desta análise.

C. Práticas desenvolvidas para promover a inclusão e o debate

A sexualidade inclui uma diversidade de tópicos que englobam o corpo e o seu funcionamento, a reprodução, formas de relações, comportamentos e atitudes sexuais, prevenção da gravidez e de infeções sexualmente transmissíveis entre outros. Mas também a privacidade que damos ao outro para explorar as suas vontades e desejos.

Torna-se assim importante questionar o trabalho que é desenvolvido nos Lares Residenciais para promover a inclusão e o debate sobre as sexualidades para que se compreenda de que forma as equipas encaram estas temáticas no seio dos seus elementos, mas também com os/as utentes e respetivas famílias que dão vida às instituições.

C.1 Como são abordadas as questões das sexualidades

Códigos integrados nos temas e subtemas: *Brainstorming* de equipa; Respeito; Encorajamento de questões; Informação e cuidados.

Da análise das respostas obtidas, verificamos que existe uma variedade de abordagens para esta problemática. Por um lado, algumas equipas profissionais realizam sessões entre elementos da equipa, dedicadas à conversa e debate sobre estas temáticas.

“(...) Existe um brainstorming, um encontro para falar destas temáticas e necessidades, por forma a perceberem o que é isto da sexualidade e afeto, de uma forma natural, porque é necessário que as pessoas, tanto utentes como técnicos, sintam isto como algo natural (...)” (A)

Existem também equipas que dinamizam grupos de desenvolvimento social e pessoal, incluindo os/as utentes para que se identifiquem quais os temas de maior interesse para pessoas com Diversidade Funcional, se esclareçam dúvidas e se promova a partilha de informação sobre o tema das sexualidades.

“Sim, nós temos, nos grupos de desenvolvimento pessoal e social que são feitos no CACI sempre por um psicólogo e um assistente social da equipa, nós tentamos abordar (...) com eles algum tema, sempre colocado à disposição, ou seja, eles têm o direito de nos dizer se querem ou não querem abordar o tema, se lhes faz ou não faz sentido. (...)” (F)

Mas uma vez importa refletir na importância que o Serviço Social tem nestas questões. Porque com estes grupos estamos a promover os cidadãos responsáveis e informados dos seus direitos, mas também das suas obrigações trabalhando de forma equitativa com todos. Para isso é importante permitir que façam questões e estarmos preparados para os esclarecer.

Medina-Rico et al (2018), citando Barger, Erin et al (2009) refere que a educação como sendo “o principal método para ensinar sobre consentimento, direitos e mecanismos legais que os protejam de abusos e a importância de denunciar abusos para evitar a recorrência”. (p. 7)

Por fim, existem equipas que abordam estas questões de uma forma mais simples, mas também importante. Nomeadamente, garantindo que a temática é vista com naturalidade pelos utentes e que estes, quando necessitam de manifestar a sua sexualidade, o fazem de forma segura e com os meios necessários.

“(...) Da forma mais natural, é vista com respeito, porque efetivamente são pessoas que tem uma relação como qualquer um de nós. (...)” (B)

“(...) Nós tentamos deixá-los o mais a vontade possível. Nós também já tivemos utentes que pediram conselhos e tentamos aconselhar da melhor maneira e deixamo-los à vontade para eles falarem connosco. Porque a verdade é que esta é a casa deles e por isso cabe-nos a nós também deixá-los o mais à-vontade possível para falarem. (...)” (D)

“(...) algo perfeitamente normal, já os percebo, já sou eu própria a dizer para irem até ao quarto e estarem à vontade. Já cheguei a ajudar mesmo um casal que estava com dificuldades e eu expliquei métodos de lubrificação, para não se magoarem e assim.” (E)

“(...) tento ser muito natural, sempre que me falam do assunto eu levo o assunto na normalidade, porque, acho que qualquer pessoa tem essa necessidade (...)” (C)

C.2 Abordagem a utentes e respetivas famílias

Códigos integrados nos temas e subtemas: Apoio da psicologia; Envolvimento do CACI; Desconhecimento sobre as abordagens; Sensibilização familiar; Informações de direitos.

Este é um subtema bastante importante, principalmente para as Assistentes Sociais que trabalham com os dois públicos, e que devem ter o cuidado de preparar e aconselhar os/as utentes sobre o tema das sexualidades e sensibilizar as suas famílias para que estas também assumam um papel ativo na desconstrução destes temas. Segundo Manoj & Suja (2017) “O papel dos pais desempenha um papel muito crucial na moldagem do comportamento e atitude das pessoas com deficiência e no desenvolvimento de um sentimento de tranquilidade” (p. 514)

Das profissionais entrevistadas, obtivemos diferentes respostas, sendo que algumas reforçam que os utentes devem estar conscientes dos seus direitos e que estes lhes devem ser devidamente apresentados e explicados.

“(...) Com os nossos clientes, explicar-lhes que sim, é um direito deles, faz parte da vida de qualquer pessoa, mas que é preciso termos noção das consequências que isso nos pode trazer. (...)” (F)

Também foi referida a importância do apoio dos profissionais de psicologia quando se abordam estas questões com famílias e utentes.

“(...) Mais a psicóloga, de uma forma natural e recorrente, vai falando sobre essas questões com as pessoas com diversidade funcional, e famílias de forma que estas coisas sejam naturais e que não aconteça, por exemplo, gravidez indesejada ou situações de violência.” (A)

É referida também a necessidade de sensibilização das famílias para estas questões da sexualidade, uma vez que muitas vezes estas não estão devidamente preparadas para falar sobre esta temática. Segundo Manoj & Suja (2017):

As pessoas com deficiência estão muitas vezes restritas a uma configuração institucional. Existe um equívoco na família e na sociedade de que as pessoas com deficiência não têm sentimentos e emoções, criando barreiras para uma boa educação, conhecimento e oportunidades para que elas se explorem (p. 510).

Esta problemática é reforçada pelas declarações das profissionais entrevistadas, assim como a necessidade de sensibilização e acompanhamento adequado para as famílias.

“(...) Com muito trabalho de sensibilização às famílias (...)” (F)

“Sim, sim. Mas também tenho noção de que não é fácil para todas as famílias. Existem algumas que aceitam bem e outras que não aceitam tão bem. Tanto aqui como em qualquer lado, visto que isto também ainda é muito visto como um preconceito (...)” (E)

Já Yıldız & Cavkaytar (2016) e Pownall et al (2012) descrevem a importância das redes de apoio familiar, particularmente o papel materno na educação sexual, devido à imagem confiável que representa a mãe em pessoas com Diversidade Funcional quando querem falar sobre sua sexualidade.

Uma das profissionais entrevistadas menciona que questões sobre sexualidade são mais aprofundadas por profissionais do CACI, com características multidisciplinares mais alargadas.

“(...) nos CACI's existem equipas multidisciplinares que têm quase sempre um técnico, um terapeuta, um psicólogo, Assistente Social, maior parte das vezes essas vertentes são muito mais aprofundadas no contexto CACI do que propriamente depois aqui no Lar (...)” (B)

Por fim, existem profissionais que reconhecem que abordam questões relacionadas com a sexualidade das pessoas com Diversidade Funcional da sua instituição (e respetivas famílias), mas não são capazes de definir, de uma forma clara, como o fazem.

“Sim, tivemos conhecimento de uma situação e a Diretora Técnica falou com as famílias e utentes (...)” (C)

“Tenho (...) Mas a forma como o fazem ao certo, eu não sei, sei que à partida será a psicóloga que trabalhará isso com as famílias e assim, mas não sei ao certo como o fazem.” (D)

C.3 Respeito da privacidade dos/as utentes com Diversidade Funcional

Códigos integrados nos temas e subtemas: Ações de sensibilização; possibilidade de saída da instituição; Deslocação para quartos; Não incomodar, bater à porta; formar e empoderar.

Uma vez mais, Assistentes Sociais e Diretores Técnicos devem chamar à atenção para as questões da privacidade das pessoas com Diversidade Funcional. Algumas das pessoas entrevistadas reforçam a necessidade de ações de sensibilização para profissionais, outras, referem não só a formação dos profissionais, mas também o empoderamento dos seus clientes para esta questão.

“(...) Ações de sensibilização. No sentido de manter em esfera privada o que é privado, e público o que é publico.” (A)

“(...) primeiro houve um trabalho de formação dos nossos auxiliares, monitores, dos técnicos também porque nós só podemos trabalhar com eles se estivermos envolvidos nas mesmas coisas, muito na base da humanidade. O que é que nós enquanto profissionais devemos e podemos fazer, mas quais são os nossos limites. (...). E depois começar a empoderar os nossos clientes para estas situações. (...)” (F)

Uma das entrevistadas fala-nos sobre a possibilidade dos/as seus/suas utentes, sempre que assim o desejem e com a respetiva autorização dos respetivos tutores legais, passarem uma noite fora da instituição para conseguirem ter privacidade.

“(...) o nosso Lar é um Lar como intende misto, em que os quartos são partilhados e então tem de haver aqui, efetivamente, uma gestão, e esta gestão implica mesmo o marcar ir fora (...) claro com uma autorização dos respetivos tutores legais.” (B)

Existem, porém, outras instituições que permitem que as pessoas com Diversidade Funcional recorram aos quartos sempre que desejam, mantendo um ambiente mais privado quando estão com os seus/as companheiros/as.

“(...) nós deixamo-los à vontade, eles só nos pedem as chaves porque o quarto está trancado, caso contrário nem precisam de dizer, mas assim também é uma maneira de resguardar a privacidade deles, no sentido de sabermos que se eles estão no quarto, nós não vamos incomodar.” (D)

Outras profissionais entrevistadas destacam a importância de se “bater à porta antes de entrar” e, se sabem que o/a utente pediu para ficar no quarto, avisam os restantes membros da equipa para que tenham conhecimento da situação, deixando assim os/as utentes confortáveis, num ambiente mais privado.

“(...) não entro ou bato à porta antes de entrar... tento dar-lhes a privacidade necessária que precisam.” (C)

“(...) ficam à vontade, ninguém os interrompe. Fazemos questão de avisar os restantes colegas que os utentes estão no quarto e não os vamos incomodar e por isso eles ficam lá à vontade.” (E)

D. Dificuldades sentidas pelas profissionais

Este subtema serve para recolhermos e refletirmos sobre as dificuldades identificadas pelas profissionais, principalmente Assistentes Sociais e Diretoras Técnicas, no que respeita às vivências sexuais em Lares Residenciais e assim percebermos se os Lares Residenciais para pessoas com Diversidade Funcional estão preparados para responder no campo das sexualidades.

D.1 Problemas diários

Códigos integrados nos temas e subtemas: Estigma; Necessidade quartos casais; Maturidade da relação; Métodos contraceptivos; Aumento da população jovem; Desafio de género.

Um dos grandes problemas identificados por uma das entrevistadas (assistente social) respeita à falta de trabalho e conhecimento nestas áreas, o que demonstra a dificuldade de abordar estas questões num paradigma construtivo sem o apoio de profissionais da área da saúde.

“(...) Falta-nos muito trabalho, falta-nos muito conhecimento, falta-nos muito os profissionais na área de saúde, estas instituições e a segurança social faz com que estas instituições apostem muito nos técnicos de reabilitação, no técnico de serviço social, no psicólogo, mas esquecem-se aqui do campo da saúde. (...)” (F)

Outra dificuldade mencionada pelas entrevistadas (assistentes sociais) relaciona-se com o estigma associado a este tema. Ainda existe pouca discussão sobre esses conceitos e, quando são mencionados, nem sempre são encarados de maneira construtiva pela sociedade.

“Penso que é o estigma associado à temática. Ainda se fala sobre este assunto de uma forma não muito natural. Parece que já a própria palavra é escondida e não se pode falar na sociedade. Sendo algo que deve acontecer numa esfera privada, mas que deve ser debatido de uma forma natural, publicamente. (...)” (A)

“(...) Dever-se-ia falar mais sobre isso como uma necessidade normal e natural, para que deixasse de haver o estigma associado à deficiência na sexualidade ou pensar porque eles são assexuados ou simplesmente não têm essa necessidade, ainda há muito

este estigma quanto a isso ou pessoas que têm muita necessidade muito grande de sexo. (...)” (A)

“(...) Mas é uma dificuldade para mim, sentir que eles estão ainda muito limitados, tentamos fazer um trabalho de libertação e depois ainda temos as outras pessoas a puxar no sentido contrário. (...)” (F)

O estigma associado a esta temática é frequentemente mencionado por trabalhos anteriores. Por exemplo, Esmail, et al (2010) referem que "crenças socioculturais enraizadas têm criado barreiras significativas que impedem as pessoas com deficiências de explorar a sua sexualidade." (p. 1154) Llario et al. (2021), citando Cobo (2012), também referem este estigma, caracterizando-o como uma “dupla conformidade”, isto é, por um lado a sociedade vê os temas relacionados com a sexualidade como algo complicado, conflituoso, um tabu que requer um tratamento especial e depois ainda existe (em simultâneo) o estigma associado à Diversidade Funcional que complica toda a temática.

Outra questão identificada está relacionada com a legalização de quartos de casal. De acordo com a Portaria n.º 59/2015 de 2 de março, os Lares Residenciais têm a opção de possuir quartos individuais (que podem ser utilizados como quartos de casal), quartos duplos e quartos triplos.

“É fácil. Olhe começaríamos logo pela aceitação ou a existência e regularização de quartos de casais (...) Quando eu digo um quarto de casal, não tem de ser para estes fins, até podia ser dois irmãos, pode ser um quarto que permita a existência de uma cama de casal, pronto, isto era facilitador, claro que era (...)” (B)

A maturidade das relações é outra das dificuldades identificadas por uma das profissionais entrevistadas, *“(...) A dificuldade é mesmo isto, perceber em que patamar de maturidade está a relação, se avança ou não avança e porque é que não avança e se avança até onde pode ir (...)” (B)*

No seguimento das respostas, outra das dificuldades apontadas está relacionada com a presença de uma população cada vez mais jovem e independente que entra nos Lares Residenciais. Por serem jovens, têm o desejo de viver e expressar as suas sexualidades, no entanto, para isso é essencial que os Lares Residenciais estejam devidamente equipados e preparados para permitir que pessoas com Diversidade Funcional explorem essa dimensão de maneira segura e saudável.

“(...) O Lar onde temos as pessoas mais autónomas é sem dúvida o mais desafiante, porque juntamos as pessoas mais autónomas, as pessoas mais jovens, que querem viver a sexualidade e que nos desafiam. (...)” (F)

“(...) é importante terem e disponibilizarem métodos contraceptivos e mesmo outro tipo de materiais como lubrificantes ou outros para garantir que os utentes estão confortáveis e não se magoam. Acho que todas as instituições deveriam esse conforto para eles.” (E)

No seguimento destas respostas, reforça-se a relevância do apoio, informação e disponibilização de métodos contraceptivos. A título de exemplo, Dekker et al. (2014), constataram que jovens com deficiência apresentavam um menor conhecimento acerca do mecanismo das relações sexuais e dos métodos contraceptivos, o que coloca os adolescentes com incapacidades numa situação de maior risco e vulnerabilidade perante gravidezes indesejadas e doenças sexualmente transmissíveis, quando comparados com adolescentes sem incapacidades.

Outro dos problemas identificado por uma das Assistentes Sociais entrevistada, respeita a questões de identidade de género. Referindo:

“Eu acho que o facto de os lares serem mistos começam aqui a trazer-nos outra dificuldade (...) Começa a surgir-nos aqui uma dificuldade que é por exemplo inscrições para lista de espera de pessoas que têm um género, mas sentem-se outro/a. (...) Infelizmente a nossa instituição não está preparada para isto (...)” (F)

Na opinião da entrevistada, surge atualmente uma questão pertinente, relacionada com a forma e soluções que os Lares Residenciais terão de encontrar e adotar, num futuro próximo para atender à necessidade de adaptar os lares à diversidade de identidades de género.

D.2 Preparação para responder a necessidades das sexualidades

Códigos integrados nos temas e subtemas: Falta/necessidade de formação; falta de preparação

Quando questionamos as Assistentes Sociais e Diretoras Técnicas relativamente à preparação dos Lares Residenciais para responder no campo das sexualidades, as respostas dividiram-se na falta de preparação e na necessidade de formação para responder de forma adequada a esta temática e garantir que ela é encarada com “naturalidade”.

“Não estamos, estamos melhor que há uns anos, mas ainda não temos. Se calhar as condições, principalmente em Lar Residencial, para estar um bocadinho mais

avançados (...) Quando estamos a falar em Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão eu vejo já a sexualidade a ser muito trabalhada, a ser mais aceite, a ser falada (...)” (B)

“(...) Cabe a quem gere as instituições formar os recursos humanos, principalmente técnicos auxiliares, pessoas que trabalham diretamente com os utentes, para que isto seja reconhecido de forma natural. Preparar esses recursos humanos para que isso aconteça. (...)” (A)

Mais do que formação especializada, é necessário promover no seio das equipas técnicas uma sensibilização para a temática e garantir que os/as utentes são devidamente aconselhados e acompanhados durante todo o processo de manifestação da sua sexualidade. Cobo (2012) refere que:

Para além da informação, conteúdos e materiais que possamos oferecer aos profissionais (que são essenciais para a educação em sexualidade), ganham especial importância os comportamentos, atitudes, mensagens, sentimentos e emoções que todos aprendemos a associar com o nosso próprio corpo sexual e com o dos outros. Apesar de os profissionais expressarem verbalmente a "naturalidade" do sexo, muitas vezes podem transmitir mensagens contraditórias às pessoas com deficiência. Portanto, mais do que adotar posturas falsas, será mais importante aceitar-se, reorganizar e atualizar as convicções pessoais (p. 42).

Demonstrando que é importante garantir que estas situações são vistas e tratadas com “naturalidade”, mas que deve sempre existir uma atenção em cuidado em particular para que as equipas não transmitam mensagens contraditórias para os utentes, neste tópico de alguma sensibilidade.

D.3 Considerações de camas de casal e lares residenciais mistos

Códigos integrados nos temas e subtemas: Apoio de iniciativas; Ideal para casais; Não é um problema

Como foi possível constatar pelas respostas integradas nos temas anteriores, os Lares Residenciais em análise são do tipo misto e, por isso, torna-se importante perceber se os/as técnicos/as que trabalham neste tipo de resposta consideram que isso pode ser um problema no que respeita às sexualidades dos/as utentes. Dentro deste tema, todas as respostas analisadas apoiam a existência de Lares Residenciais mistos não destacam desvantagens quanto a esta tipologia na manifestação da sexualidade dos/as seus/suas utentes.

“Não, muito pelo contrário. Os lares são casas/residências onde os utilizadores vivem e é normal que exigem maiores relações pode haver maior envolvimento (...) Por isso é ótimo que existam estes lares mistos para que possa haver uma maior relação chegando a haver intimidade e a nossa a nossa parte emocional com certeza ficará beneficiada.” (A)

“Problema não, eu não defino assim (...) Agora que por vezes pode-se tornar mais difícil, a nível de comportamentos entre eles, poderá, mas penso que temos de ter abertura de permitir que eles se conheçam.” (C)

“Acho que não (...) acho que o facto de ser mista ou não ser mista acho que não influencia em nada a sexualidade deles porque aqueles que se relacionam, sabem aquilo que querem.” (D)

Quando questionados sobre a possibilidade de os Lares Residenciais terem mais quartos de casal e camas de casal, as respostas também foram positivas com uma concordância geral para este tipo de questão particularmente para casos em que existem casais e sempre garantindo o respeito entre e pelas partes envolvidas na relação.

“(...) Sim, era importante que se calhar os lares já pensassem nisso de antemão e de perceberem se calhar os quartos de outra forma para que já poderia haver casais que pudessem ter uma maior intimidade. Acho que sim, acho que chama a atenção a uma questão que nunca me passou pela cabeça (...)” (A)

“Sou completamente a favor das camas de casal. Acho que acaba até por ser mais saudável e mais correto, tanto para o casal em si como para as pessoas com quem eles vivem. (...) Sou 100% a favor dos quartos de casal, claro que, trabalhando sempre esta questão do respeito pelo outro e do respeito pela relação. (...)” (F)

“(...) Se nós vemos que realmente resulta, se utentes já estão juntos há algum tempo e se é aquilo que eles querem, sou a favor de uma cama de casal num quarto com a privacidade deles, sem terem de nos estar sempre a pedir se podem ir para o quarto e irem para lá sempre que quiserem.” (E)

“Não vejo que isso seja impossível de acontecer, e acho que faz sentido no caso de termos um casal. No entanto, acho que os quartos serem mistos em si não respeita tanto a privacidade quer de um quer de outro. (...) Caso fosse um casal, novamente, acho que faria todo o sentido sendo que têm tantas necessidades como nós.” (D)

E. Importância da Formação

De acordo com Marques. (2005), a formação académica de base de qualquer curso superior é praticamente nula no que concerne a conhecimentos específicos na área da sexualidade em pessoas com Diversidade Funcional:

Não tem havido, de facto, uma generalização de oportunidades planeadas, organizadas e orientadas por docentes ou formadores habilitados para o efeito, para que os profissionais adquiram ou reformulem conhecimentos, desenvolvam competências e, sobretudo, reflitam sobre o seu modo pessoal de encarar as questões da sexualidade e, particularmente, a das pessoas portadoras de deficiência (p. 74).

Como foi possível constatar ao longo das respostas às entrevistas e de acordo com o que Marques (2005) refere, a falta de formação na área da sexualidade em pessoas com Diversidade Funcional é transversal a todas as profissionais entrevistadas. Com este tema pretendíamos compreender se os estudos académicos contemplaram a aquisição de competências para trabalhar estas questões ou se já sentiram necessidade de procurar formação nesta área.

E.1 Aquisição de conhecimentos e competências

Códigos integrados nos temas e subtemas: Sem formação; Formação com lacunas

De uma forma geral, as Assistentes Sociais entrevistadas referiram ser um tema pouco abordado a nível académico.

“(...) pelo menos na altura em que o fiz, falta muito esta base aqui um bocadinho mais da área de saúde e sexualidade. (...)” (F)

“Muito pouco. Tive de ser curiosa e procurar mais noutras áreas para me poder informar mais sobre isso. (...)” (A)

Neufeld, J.A. et al (2002) corroboram estas afirmações referindo que:

Uma revisão da literatura sobre sexualidade humana revela que a grande maioria da pesquisa e educação está focada no estudo de crianças, adolescentes e adultos geralmente saudáveis, tipicamente em desenvolvimento e com corpo capaz. Há relativamente pouca informação disponível sobre sexualidade e tópicos relacionados de indivíduos com condições crônicas e/ou incapacitantes (p. 860).

As restantes profissionais entrevistadas também abordaram pouco ou nada sobre a temática das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional, ao longo dos seus estudos ou formações profissionais.

“(...) O direito à sexualidade falava-se, mas não era algo que fazia parte dos currículos... não (...)” (B)

“Não, nada disso” (D)

“Possivelmente foi falado este assunto, mas não tenho nenhuma formação específica” (C)

“Sim. Não abrange muito, mas abrange alguma coisa” (E)

Estas respostas são verificadas e corroboradas pelo estado da arte, por exemplo Manoj et al. (2017) referem que “Ainda hoje, muitas pessoas obtêm pouco ou nenhum conhecimento sobre educação sexual da escola, da família ou da sociedade.” (p. 508)

E.2 Formação Continua

Códigos integrados nos temas e subtemas: É essencial; Necessidade de áreas temáticas; Formação externa.

A formação contínua é uma necessidade para todas as profissionais, uma vez que a formação académica nem sempre abrange todas as temáticas essenciais para o nosso trabalho. Assim, é importante avaliar se as profissionais consideram a temática das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional relevante para as suas atividades laborais.

Dentro deste subtema, todas as profissionais entrevistadas consideram ser importante a existência deste tipo de formação, particularmente na temática das sexualidades. Algumas mencionam já ter realizado formações.

“Sim. Nós apostamos, e muito bem, nas formações de primeiros socorros, na formação em gestão de stress ou na formação em humanidades, mas esquecemo-nos de que a sexualidade pode ser um ponto importante a trabalharmos, para resolvermos alguns destes problemas. (...)” (F)

“Nós já tivemos algumas formações aqui, já tivemos formação de sensibilização principalmente para tentarmos perceber mais a parte do utente, das necessidades deles, violências etc., temos várias formações ao longo do ano, para tentarmos cada vez mais ajustarmo-nos à realidade deles e não só à nossa.” (D)

“Desde que estou cá até agora, temos tido várias formações para nos sensibilizarem sobre o assunto. E para nos ajudarem a ajudá-los.” (D)

Um das Assistentes Sociais refere a necessidade de existirem áreas temáticas.

“Completamente. Deveria ser uma das áreas temáticas. (...)” (A)

A procura de formação externa foi outra das soluções mencionadas pelas profissionais entrevistadas, para uma melhor resposta às necessidades identificadas na realização da sua atividade profissional.

“Eu procurei, eu tive necessidade e tive de procurar” (B)

“(...) a formação e informação para com os colaboradores então a partir dessa data, houve maior necessidade de inscrever os colaboradores em formações na área da sexualidade, posso dizer que a equipa toda ainda não a fez, essa formação de 25h, mas posso dizer que 50% do grupo já o fez. E depois também há aquela partilha de experiências das colegas que estão entre turno (...)” (B)

Relativamente ao conteúdo das ações formativas, Cobo (2012) refere também a importância de formar os/as próprios/as utentes da instituição, mencionando, no entanto, que deverá sempre existir uma etapa preliminar para averiguação de conhecimentos previamente adquiridos:

Antes da formação, com aquelas pessoas que têm maiores necessidades de apoio, será necessário realizar uma avaliação prévia de conhecimentos básicos e expressões, adaptar o vocabulário e o conteúdo, introduzir abordagens que permitam a sua participação e, finalmente, avaliar os resultados (p. 46).

Conclusão

Com este trabalho aprofundámos conhecimentos sobre a forma como são abordadas as sexualidades nos lares residenciais de pessoas com Diversidade Funcional, identificando algumas das práticas desenvolvidas para abordar estas questões, bem como as dificuldades identificadas pelas profissionais destas estruturas. Como fomos demonstrando ao longo deste trabalho, quando abordada a questão da sexualidade na Diversidade Funcional, facilmente constatamos que existe uma escassez de trabalho realizado sobre a temática, que se acentua quando procuramos trabalho científico desenvolvido em instituições que acolhem pessoas com Diversidade Funcional. Isto poderá explicar-se pela complexidade e sensibilidade do tema e o estigma associado, como também fomos mencionando ao longo deste trabalho. Desta forma, torna-se necessário contruir conhecimento científico nestas áreas principalmente no que respeita ao Serviço Social que, como foi sendo referido, tem uma responsabilidade acrescida relativamente a esta temática, pois trabalha no sentido de fazer assegurar os direitos dos cidadãos, garantindo que pessoas com Diversidade Funcional tenham acesso a condições de equidade, a recursos económicos, de habitação, de saúde, mas também para garantir o direito à sexualidade.

Para esta investigação, recorremos à metodologia qualitativa e investigamos dois grupos diferentes de participantes: o primeiro grupo é composto por uma Assistente Social e duas Diretoras Técnicas, sendo uma delas Assistente Social; o segundo grupo é composto por três auxiliares que trabalham diretamente com pessoas com Diversidade Funcional em Lares Residenciais. Desta forma, realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas que, após uma análise cuidadosa dos resultados, permitiram constatar a existência de vários pontos em comum nos diferentes domínios avaliados.

Recorrendo à análise temática, obtivemos cinco temas centrais. O primeiro tema refere-se à familiarização das profissionais face aos conceitos de “Sexo”, “Sexualidade” e “Diversidade Funcional”, de modo a percebermos se as sujeitas de investigação estavam familiarizadas com os conceitos a serem abordados. Com a análise deste primeiro tema, concluímos que uma grande parte das profissionais entrevistadas não tinha conhecimentos relativos à designação de “Diversidade Funcional” e que existia alguma confusão relativamente aos conceitos de “Sexo” e “Sexualidade”.

O segundo tema refere-se ao posicionamento das profissionais relativamente a três situações: 1) Relativamente às **experiências sexuais em pessoas com Diversidade Funcional**, as profissionais participantes deste estudo referem que são similares às de qualquer cidadão,

existindo ainda alguns mitos relativamente às sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional, o que demonstra a importância de se continuar a trabalhar no sentido de “desmistificar” estas ideias; 2) Relativamente à **expressão das sexualidades** das pessoas com Diversidade Funcional, as respostas dividiram-se entre as profissionais entrevistadas, sendo que algumas das pessoas mencionaram desconhecimento, enquanto outras afirmaram que as pessoas com Diversidade Funcional não têm grandes dificuldades em expressar os seus sentimentos pelos outros. Assim sendo, torna-se difícil retirar uma conclusão objetiva relativamente a este subtema; 3) Relativamente ao **papel das equipas**, as profissionais concordam que este passa por estarem atentos às necessidades das pessoas com Diversidade Funcional e orientarem, informarem e promoverem uma comunicação aberta, de modo que seja possível alertar para possíveis comportamentos de risco e responder às reais necessidades das pessoas com Diversidade Funcional nas respostas de lar residencial.

O terceiro tema que emergiu da análise remete para as práticas desenvolvidas para promover a inclusão e o debate sobre esta temática. Uma das equipas referiu realizar grupos de desenvolvimento pessoal e social onde os/as utentes participam, podendo tirar as suas dúvidas e ser informados sobre os seus direitos. Outra das equipas, apesar de não ter referido ter este grupo de desenvolvimento pessoal e social, afirma dedicar tempo à abordagem de questões dos/as utentes relativamente ao tema, bem como à partilha de informação necessária para a boa prática dos seus direitos. No que diz respeito à abordagem das famílias, normalmente estas questões são trabalhadas com o apoio da psicóloga das equipas, que ajuda na sensibilização às famílias relativamente a esta temática. Foi ainda referido que as respostas de CACI são de grande utilidade na abordagem destas questões a utentes e respetivas famílias, uma vez que dispõem de uma equipa multidisciplinar mais extensa que a dos Lares Residenciais, permitindo trabalhar estas questões de uma forma mais efetiva. Ainda dentro deste tema, refletiu-se sobre a forma como as profissionais respeitam a privacidade dos/as utentes. As Diretoras Técnicas referem promover ações de sensibilização de modo a incentivar a reflexão sobre as boas práticas a adotar para respeitar a privacidade e dignidade dos/as utentes. Para além disso, desenvolvem um papel importante no empoderamento dos/as utentes, de modo que façam valer os seus direitos. Por sua vez, as auxiliares partilharam algumas das práticas adotadas, como o bater à porta e não incomodar se sabem que os/as utentes estão no quarto, pelo que se pode concluir que no que concerne a este tema, as equipas têm desenvolvido um bom trabalho no caminho para a inclusão dos utentes.

O quarto tema refere-se à importância da formação na área das sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional. Como foi possível verificar ao longo de toda a investigação, para

trabalharmos as questões da sexualidade em pessoas com Diversidade Funcional é necessário estarmos informados sobre tudo o que envolve esta temática. No entanto, verificamos que grande parte das profissionais não tem formação nesta área e manifesta a sua importância e necessidade, uma vez que é um tema cada vez mais debatido nas instituições.

O quinto tema refere-se às dificuldades sentidas pelas profissionais na abordagem destas questões. Foi possível constatar que existem vários desafios, como o estigma existente relativo à temática e o facto de os lares residenciais receberem uma população cada vez mais jovem, colocando questões como a possibilidade da utilização de quartos de casal, de métodos contracetivos e ainda questões relativas às diferenças de género.

De uma forma global, percebemos que as respostas de lar residencial, estão no bom caminho, uma vez que se mostram cada vez mais sensibilizadas para estas questões. Ainda assim, importa refletir sobre futuras questões, como as diferenças de género, que fazem parte do dia a dia das instituições, pelo que outras investigações devem ser realizadas no sentido de responder a esta necessidade.

Importa evidenciar as limitações que se verificaram no decorrer da investigação. Um dos principais obstáculos refere-se à dificuldade em encontrar profissionais a trabalhar em lares residenciais para pessoas com Diversidade Funcional, disponíveis para participar nesta investigação. O número limitado de participantes impede que este estudo possa ser representativo do que acontece nos lares residenciais. Outra das limitações prende-se com a dificuldade em encontrar trabalho científico já realizado nesta área por forma a facilitar a investigação e enriquecer o trabalho. Assim sendo, esta investigação demonstra a necessidade de desenvolvimento de um estudo com um número mais amplo de participantes, de modo que seja possível extrapolar estes resultados a uma população mais abrangente.

De forma a sintetizar este trabalho, consideramos que os objetivos de investigação foram cumpridos, uma vez que nos propusemos a descobrir como são abordadas as sexualidades nos lares residenciais para pessoas com Diversidade Funcional. Conseguimos perceber que os lares já têm trabalhado nesse sentido, mas que ainda existem vários pontos de melhoria, como é o caso da formação nestas áreas, para melhor compreensão das sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional e das suas reais necessidades.

Bibliografia

- Associação Portuguesa dos Profissionais de Serviço Social (APPSS), (2000). Disponível em: <https://www.apss.pt/> (último acesso a 27/12/2021)
- Barger, E., Wacker, J., Macy, R., & Parish, S. (2009). *Sexual assault prevention for women with intellectual disabilities: A critical review of the evidence*. Intellectual and Developmental Disabilities, 47(4), 249-262.
- Beato, A. et al. (2018): *Sentidos*. (3ª edição) Alfragide, Lua de Papel.
- Borawska-Charko, M., Rohleder, P., & Finlay, W. M. L. (2017). *The sexual health knowledge of people with intellectual disabilities: A review*. Sexuality Research and Social Policy, 14, 393-409.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology*. Qualitative Research in Psychology, 3, 77-101.
- Cobo, C. (2012). *Protocolo sobre relaciones interpersonales y sexualidad en personas con discapacidad intelectual, trastornos del espectro autista y otras discapacidades con déficit cognitivo usuarias de centros residenciales*. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/Personas_Discapacidad_Protocolo_sobre_relaciones_interpersonales_y_sexualidad_pdint.pdf. Último acesso a 18 de agosto de 2023.
- Daphna, Joel. et al. (2020): *Cérebro e Género – Para lá do mito do cérebro masculino e feminino*. Lisboa. Temas e Debates- Círculo Leitores.
- Decreto-Lei n.º 129/2017, 9 de outubro. Diário da República, 1ª série – Nº 194 - 9 de outubro de 2017.
- Dekker, A., Safi, M., van der Zon-van Welzenis, E.I., Echteld, M.A., & Evenhuis, H.M. (2014). *Sexuality and contraception in young people with mild intellectual disability: A qualitative study on the basis of 28 interviews*. *Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde*, 158, A8010.
- Dios del Valle, R. D., & Suárez Álvarez, O. (2006). *Discapacidad intelectual y sexualidad: Conductas sexuales socialmente no aceptadas*.
- Esmail, S., Darry, K., Walter, A., & Knupp, H. (2010). *Attitudes and perceptions towards disability and sexuality*. Disability and rehabilitation, 32(14), 1148-1155.
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). *Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica*. Cadernos de saúde pública, 27(2), 388-394.

- Freire, I. (4 de setembro de 2017). *Entrevista, Sociedade Portuguesa de Sexualidade Clínica*. Disponível em: <https://spsc.pt/index.php/2017/09/03/a-saude-sexual-global/>- Último acesso 01 de março de 2023.
- García, J. L. (2000). *Educación sexual y afectiva en personas con minusvalía psíquica: Una propuesta de intervención*. En *Sexualidad y personas con discapacidad psíquica*. Colección FEAPS 1. Madrid: FEAPS.
- García, J. L. (2000). *Educación sexual y afectiva en personas con minusvalía psíquica*. Cádiz: Asociación Síndrome de Down Cádiz y Bahía.
- Gomes, A. (2020). *Serviço Social e Deficiência – Uma abordagem de Direitos Humanos* (E-book da Associação dos Profissionais de Serviço Social), 5.º Congresso Nacional de Serviço Social, 2018.
- Isler, A., Beytut, D., Tas, F., & Conk, Z. (2009). *A study on sexuality with the parents of adolescents with intellectual disability*. *Sexuality and Disability*, 27, 229-237.
- Jiménez, L. A. (2018). *La imagen social de la discapacidad*. La discriminación por motivos de discapacidad, Análisis de las respuestas al cuestionario sobre discriminación por motivos de discapacidad. CERMI Estatal.
- Koch, T., Kralik, D., & Eastwood, S. (2002). *Constructions of sexuality for women living with multiple sclerosis*. *Journal of Advanced Nursing*, 39(2), 137-145.
- Lafferty, A., McConkey, R., & Simpson, A. (2012). *Reducing the barriers to relationships and sexuality education for persons with intellectual disabilities*. *Journal of Intellectual Disabilities*, 16(1), 29-43.
- Llario, M^a. et al. (2021): *La salud sexual en las personas con diversidad funcional intelectual – Realidad, Recursos para Su Evaluación e Intervención y Análisis de Casos*. Spanish (Argentina).
- Lopes, D. S. (2013). *Fatores atitudinais e a participação na sexualidade de indivíduos*.
- López, F. (2011). *Guía para el desarrollo de la afectividad y de la sexualidad de las personas con discapacidad intelectual*. Consejería de Familia e Igualdad de Oportunidades Gerencia de Servicios Sociales. Junta de Castilla y León.
- Machado, R. (4 de junho de 2017). *Entrevista, Sociedade Portuguesa de Sexualidade Clínica*. Disponível em: <https://spsc.pt/index.php/2017/06/04/sim-nos-fodemos/> Último acesso 01 de março de 2023.
- Marques, A. M. (2005). *Ser+. Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para Crianças, Jovens e Adultos Portadores de Deficiência Mental*.

- Manoj, M. P., & Suja, M. K. (2017). *Sexuality and reproductive health in young people with disability: A systematic review of issues and challenges*. *Sexuality and Disability*, 35, 507-516.
- McCarthy, M. (2010). *Exercising choice and control—women with learning disabilities and contraception*. *British Journal of Learning Disabilities*, 38(4), 293-302.
- Medina-Rico, M., López-Ramos, H., & Quiñonez, A. (2018). *Sexuality in people with intellectual disability: Review of literature*. *Sexuality and disability*, 36, 231-248.
- Medlar, T. (1998). *The sexuality education program of the Massachusetts statewide head injury program*. *Sexuality and Disability*, 16, 11-19.
- Milligan MS, Neufeldt AH. *The myth of asexuality: a survey of social and empirical evidence*. *Sex Disabil* 2001; 19:91–109.
- Murphy, N. A., Elias, E. R., & Council on Children With Disabilities. (2006). *Sexuality of children and adolescents with developmental disabilities*. *Pediatrics*, 118(1), 398-403.
- Neufeld, J. A., Klingbeil, F., Bryen, D. N., Silverman, B., & Thomas, A. (2002). *Adolescent sexuality and disability*. *Physical Medicine and Rehabilitation Clinics*, 13(4), 857-873.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020) - *Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Intervenção Psicológica com Pessoas LGBTQ*. Disponível em: www.ordemdospsicologos.pt Último acesso 04 de janeiro de 2023.
- Organização Mundial da Saúde (2015) - *Saúde Sexual, Direitos Humanos e Lei*. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf> Último acesso 11 de novembro de 2022
- O'Toole, C. J., & Doe, T. (2002). *Sexuality and disabled parents with disabled children*. *Sexuality and Disability*, 20(1), 89-101.
- Pereira, R. (2009). *Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 16, 715-728.
- Plano, C. G. D. C. de Auditoria Social. *Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das pessoas em situação de deficiência-para dirigentes, profissionais, residentes e familiares*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, IP.
- Portaria n.º 59/2015, 2 de março. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 42 — 2 de março de 2015.
- Portaria n.º 60/2015, de 2 de março. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 42 — 2 de março de 2015.
- Portaria n.º 77/2022, 3 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 24 - 3 de fevereiro de 2022.

Portaria nº 70/2021, 26 de março. Diário da República, 1ª série – Nº 60/2021 – 26 de março de 2021.

Pownall, J. D., Jahoda, A., & Hastings, R. P. (2012). *Sexuality and sex education of adolescents with intellectual disability: mothers' attitudes, experiences, and support needs. Intellectual and developmental disabilities*, 50(2), 140-154.

Ramalho, N. (2021). *A formação em serviço social para a intervenção na diversidade de género e sexual*: <https://doi.org/10.53809/2021-01-TS-n.1-122-131> . Revista Temas Sociais, (1), 122-131. Último acesso 31 de março de 2023

Reses, G., & Mendes, I. (2021). *Uma visão prática da Análise Temática: Exemplos na investigação em Multimédia em Educação*. Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados, 3, 13-26.

Romañach, J., Palacios, A. (2008). *El modelo de la diversidad: una nueva visión de la bioética desde la perspectiva de las personas con diversidad funcional (discapacidad)*. Interstícios: Revista Sociológica de pensamento crítico, 2(2), 1-11

Santos, M. E. R. D., Rodrigues, F. O., & Rodrigues, D. C. (2006). *Serviço social e deficiência mental: a perspectiva subjectiva da qualidade de vida*.

Schaafsma, D., Kok, G., Stoffelen, J. M., & Curfs, L. M. (2015). *Identifying effective methods for teaching sex education to individuals with intellectual disabilities: A systematic review*. Journal of sex research, 52(4), 412-432.

Van Schrojenstein Lantman-de Valk, H. M. J., Rook, F., & Maaskant, M. A. (2011). *The use of contraception by women with intellectual disabilities*. Journal of Intellectual Disability Research, 55(4), 434-440.

VandenBos, G. R. (2007). APA dictionary of psychology. American Psychological Association.

Vidal, J. (2015). *Derechos humanos de las personas con diversidad funcional*. TRIM: revista de investigación multidisciplinar, 8, 27-46.

Wells, J., Clark, K. & Sarno, K. (2014). *An interactive multimedia program to prevent HIV transmission in men with intellectual disability*. American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities, 199(3), 276-286.

Yıldız, G., & Cavkaytar, A. (2017). *Effectiveness of a sexual education program for mothers of young adults with intellectual disabilities on mothers' attitudes toward sexual education and the perception of social support*. Sexuality and Disability, 35, 3-19.

ANEXOS

A. Declaração de consentimento informado



Declaração de Consentimento Informado

Objetivo Geral:

A presente investigação pretende conhecer e compreender até que ponto as sexualidades são abordadas nas instituições (Lar Residencial) de pessoas com Diversidade Funcional e qual a visão que os/as profissionais, Diretores/as Técnicos/as e/ou Assistente Social, monitores/as/colaboradores/as, têm relativamente ao tema.

Investigadores:

Esta investigação será conduzida no âmbito da Dissertação de Mestrado de Paula Ferreira, estudante do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Carneiro, do Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Participantes:

A participação nesta investigação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Depois de consentir a recolha de dados, será conduzida uma entrevista, com duração de 15 minutos, relativa a diferentes perspetivas sobre o trabalho desenvolvido nas respostas de Lar Residencial para pessoas com Diversidade Funcional, especificamente quanto às sexualidades dos/das seus/suas utentes/clientes.

Tratamento de dados:

A entrevista será realizada presencialmente, sendo que o seu áudio será gravado, transcrito e armazenado em arquivos digitais. Durante a transcrição, os dados recolhidos serão anonimizados, pelo que são confidenciais. A gravação áudio da entrevista será eliminada após a sua transcrição. Apenas o/a investigador/a deste estudo terão acesso aos dados recolhidos que serão utilizados exclusivamente para fins de investigação científica (Dissertação de Mestrado).

Devolução de resultados:

Se pretender que lhe seja enviada a Dissertação de Mestrado terminada, para ter acesso aos resultados obtidos nesta investigação, por favor deixe-nos o seu contacto, em baixo:

E-mail: _____

Para o esclarecimento de qualquer dúvida relacionada com esta investigação, poderá contactar:

Paula Ferreira (210124005@issp.pt), estudante do Mestrado em Serviço Social ISSP.

Obrigado pela sua colaboração!

Eu, _____, declaro que compreendi e consinto com toda a informação apresentada, participando voluntariamente nesta investigação. Aceito que a minha entrevista seja gravada em formato áudio e que as minhas respostas sejam utilizadas para fins de investigação científica (dissertação de mestrado) desde que asseguradas todas as condições de confidencialidade e anonimato, de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados 2016/679 de 27 de abril de 2016 que entrou em vigor a 25 de maio de 2018 em Portugal.

Data ____/____/____

Assinatura do/a Participante:

Assinatura da Mestranda:

B. Guião de Entrevista Semiestruturada

Diretores/as Técnicos/as e/ou Assistente Social

Tema: Práticas e trabalho desenvolvido nas instituições relativamente às sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional.

Objetivo geral: compreender como é abordada as sexualidades nos Lares Residenciais de pessoas com Diversidade Funcional e qual a visão que os/as profissionais (Diretores/as Técnicos/as e/ou Assistente Social) têm relativamente ao tema e à sua importância para os utilizadores desta resposta.

Designação	Objetivos Específicos	Formulário de Questões
A. Caracterização dos/das profissionais das Instituições: Diretor/a Técnico/a	- Género; - Idade; - Tempo de Serviço; - Formação profissional; - Experiência com pessoas com Diversidade Funcional	- Qual o seu nível académico? - Qual a sua área de Formação? - Há quanto tempo trabalha nesta área? - Há quanto tempo trabalha nesta instituição? - Qual a sua profissão na instituição?
B. Determinação dos conhecimentos dos/as profissionais das instituições	- Compreender se o conceito de Diversidade Funcional é ou não familiar, uma vez que será o conceito utilizado ao longo da entrevista. (se a pessoa tem conhecimento “confirmo” o que pensa o conhece enquanto diversidade funcional, se a pessoa não sabe, ajudo a esclarecer através de uma definição que apresento e, com isso, garante que as continuidades das perguntas façam sentido para a pessoa, conseguindo situar-se nas perguntas seguintes.) - Conhecer a perceção dos/as profissionais sobre as sexualidades;	- O que entende por “Diversidade Funcional”? (quando não sabe explico o conceito) - Para si, “Sexo” e “Sexualidade” são o mesmo conceito?
C. Conhecer a opinião dos/das profissionais das Instituições: Diretor/a Técnico/a	- Identificar o conhecimento dos/das profissionais sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional; - Perceber como os/as profissionais vêem as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional.	- Como considera a experiência sexual de pessoas com Diversidade Funcional? - Na sua opinião como é que as pessoas com Diversidade Funcional exprimem ou podem exprimir as suas sexualidades? - Que papel considera que a Diretora Técnica tem nas sexualidades dos utentes da instituição?

D. Conhecer as práticas desenvolvidas no Lar Residencial no sentido de promover a inclusão e o debate sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional	- Perceber como comunicam os/as Diretores/as Técnicos/as com as pessoas com Diversidade Funcional e com os restantes técnicos as questões das sexualidades; - Perceber como os/as Diretores/as Técnicos/as trabalham as questões das sexualidades com os/as utentes e famílias; - Perceber quais as práticas utilizadas para abordar a temática das sexualidades; - Compreender o cuidado que têm com a intimidade dos utentes.	- A sua equipa aborda temáticas relacionadas com as sexualidades das/ dos utentes? - Se não, porquê? - Se sim, quem é que trabalha com os utentes e famílias as questões das sexualidades? De que forma o fazem? - Fazem algum trabalho no sentido de prevenir/sensibilizar os utentes e colaboradores para a violência e abuso sexual, para a gravidez não planeada, transmissão de infeções sexualmente transmissíveis na Instituição? (Educação Sexual). - Se não o fazem, nunca pensaram fazer? - Se o fazem, como o fazem? - Como trabalham as questões do respeito pela privacidade das pessoas com Diversidade Funcional? Os colaboradores têm formação no sentido de respeitar a dignidade do utente e a sua privacidade?
E. Identificar as dificuldades sentidas pelos/as profissionais na abordagem das sexualidades nas instituições	- Identificar o tipo de dificuldades sentidas diariamente na abordagem das sexualidades nas instituições	- Como Diretor/a Técnico/a, sente que o facto de os Lares Residenciais serem mistos pode ser um problema para a instituição no que respeita às sexualidades dos utentes? - Enquanto Diretor/a Técnico/a, como vê a impossibilidade de os quartos poderem ser mistos e até terem camas de casal? - Considera que isso pode ser um obstáculo à intimidade dos utentes? Enquanto instituição encontram alguma forma para contornar isto? (ou seja, se não podem dormir no mesmo quarto, durante o dia, têm facilidade, se pretenderem, de ter os seus momentos de intimidade?). - Considera que estas instituições para pessoas com Diversidade Funcional estão preparadas para responder a este campo das sexualidades dos/das utentes/clientes? O considera que pode ser mudado nas instituições para pessoas com Diversidade Funcional relativamente às suas sexualidades? - Qual é a maior dificuldade que sente, enquanto Diretora Técnica de um Lar Residencial, relativamente às possibilidades de os/as utentes poderem explorar as vivências sexuais entre eles/as?
E. Perceber a importância atribuída pelos Diretores/as Técnicos/as quanto	- Conhecer elementos sobre a formação dos/das profissionais para trabalhar as questões das sexualidades.	- A sua formação de base contemplou a aquisição de conhecimentos e de competências no domínio das sexualidades e/ou das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional?

à formação na área das sexualidades para trabalhar com os utentes	- Identificar as necessidades de formação na área das sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional.	• Se não contemplou, já teve formação avançada ou especializada para trabalhar estas questões? - Considera que é importante haver formação nesta área? - Na sua opinião, os colaboradores deviam ter formação na área das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional? Se não porquê, se sim, porquê e que tipo de formação/ que tipo de conteúdos formativos?
--	--	--

Auxiliares e/ou Colaboradores/as

Tema: Práticas e trabalho desenvolvido nas instituições relativamente à sexualidade das pessoas com Diversidade Funcional.

Objetivo geral: compreender como é abordada as sexualidades nos Lares Residenciais de pessoas com Diversidade Funcional e qual a visão que os/as profissionais (Auxiliares/Colaboradores/as) têm relativamente ao tema e o que fazem diariamente para respeitar as sexualidades dos usuários desta resposta.

Designação	Objetivos Específicos	Formulário de Questões
A. Caracterização dos/das profissionais das Instituições: Auxiliar/ Colaborador/a	- Género; - Idade; - O tempo de Serviço; - Formação profissional; - Experiência com pessoas com Diversidade Funcional	- Qual o seu nível académico? - É formado/a em que área? - Há quanto tempo trabalha nesta instituição? - Há quanto tempo trabalha nesta área?
B. Determinação dos conhecimentos dos/as profissionais das instituições	- Compreender se o conceito de Diversidade Funcional é ou não familiar, uma vez que será o conceito utilizado ao longo da entrevista. (se a pessoa tem conhecimento “confirmo” o que pensa o conhece enquanto diversidade funcional, se a pessoa não sabe, ajudo a esclarecer através de uma definição que apresento e, com isso, garante que as continuidades das perguntas façam sentido para a pessoa, conseguindo situar-se nas perguntas seguintes.) - Identificar o conhecimento dos/das profissionais sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional;	- O que entende por “Diversidade Funcional”? (quando não sabe explico o conceito) - Para si, “Sexo” e “Sexualidade” são o mesmo conceito?

C. Conhecer a opinião dos/das profissionais das Instituições: Auxiliar ou Colaborador/a	- Conhecer a precessão dos/das profissionais sobre as sexualidades; - Perceber como os/as profissionais vêm as sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional.	- Como considera as pessoas com Diversidade Funcional vivenciam as suas sexualidades? - Na sua opinião como é que as pessoas com Diversidade Funcional sentem/querem viver as sexualidades? - Que papel considera que tem, enquanto auxiliar/colaborador/a nas sexualidades dos/das utentes da instituição?
D. Conhecer as práticas desenvolvidas no Lar Residencial no sentido de promover a inclusão e o debate sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional	- Perceber como comunicam os/as Monitores/as ou Colaboradores/as com as pessoas com Diversidade Funcional e com os restantes técnicos/as as questões das sexualidades; - Perceber se trabalham as questões das sexualidades com os/as utentes e famílias; - Perceber quais as práticas utilizadas para abordar a temática das sexualidades; - Compreender o cuidado que têm com a intimidade dos utentes.	- Uma vez que presta cuidados diretos a pessoas com Diversidade Funcional como é que aborda com estas as questões das sexualidades? - Tem conhecimento de se trabalhar com os utentes e famílias as questões das sexualidades? Sabe de que forma o fazem aqui na instituição? - Já participou ou tem conhecimento que existiram ou existe ações de prevenção/sensibilização relativos à violência e abuso sexual, gravidez não planeada, transmissão de infeções sexualmente transmissíveis na Instituição? (Educação Sexual). - O que faz diariamente para respeitar a privacidade das pessoas com Diversidade Funcional com quem trabalha relativamente às sexualidades destes/as? - Alguma vez sentiu que colocou a intimidade sexual de um/uma utente em causa?
E. Identificar as dificuldades sentidas pelos/as profissionais na abordagem das sexualidades nas instituições	- Identificar o tipo de dificuldades sentidas diariamente sobre as sexualidades nas instituições	- Como os Lares Residenciais são mistos sente que isso pode ser um problema para a instituição no que respeita às sexualidades dos/das utentes? - Como Auxiliar/Colaborador/a, como vê a impossibilidade de os quartos poderem ser mistos e até terem camas de casal? - Considera que isso pode ser um obstáculo à intimidade dos utentes? - Tem conhecimento de como a instituição encontra alguma forma para contornar isto? (ou seja, se não podem dormir no mesmo quarto, durante o dia, têm facilidade, se pretenderem, de ter os seus momentos de intimidade?). - Considera que estas instituições para pessoas com Diversidade Funcional estão preparadas para responder a este campo das sexualidades dos/das utentes/clientes? • O considera que pode ser mudado, ou não, nas instituições para pessoas com Diversidade Funcional relativamente às sexualidades dos/das utentes?

		- Qual é a maior dificuldade que sente, enquanto Auxiliar/Colaborador(a) de um Lar Residencial, relativamente a este tema?
F. Perceber a importância atribuída pelos Monitores/as/ Colaboradores/as quanto à formação na área sexualidade para trabalhar com os/as utentes	- Conhecer elementos sobre a formação dos/das profissionais para trabalhar as questões das sexualidades. - Identificar as necessidades de formação na área das sexualidades de pessoas com Diversidade Funcional.	- A sua formação de base contemplou a aquisição de conhecimentos e de competências no domínio das sexualidades e/ou das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional? • Se não contemplou, já teve formação para trabalhar estas questões das sexualidades? - Considera que é importante ter-se formação nessa área? - Na sua opinião, deviam ter formação na área das sexualidades em pessoas com Diversidade Funcional?

C. Tabelas explicativas de saturação teórica

Enquadramento

Conhecimento dos/as profissionais das Instituições sobre os conceitos de Diversidade Funcional, Sexo e Sexualidades

Tema de Resposta	Entrevistas						Total de ocorrências
	A	B	C	D	E	F	
Não tem conhecimento sobre o que é a diversidade funcional			×	×	×		3
Tem conhecimento sobre diversidade funcional e uma definição	×					×	2
Já ouviu falar de diversidade funcional, mas não explica o que é		×					1
Reconhece que “sexo” e “sexualidade” não são o mesmo conceito.	×		×				2
Não reconhece que “sexo” e “sexualidade” não são o mesmo conceito.		×		×	×	×	4
Refere que quando falamos de sexo nos referimos ao sexo masculino e feminino		×		×			2
Refere que quando falamos de sexo nos referimos ao ato em si	×		×		×	×	4
Consegue definir algumas das sexualidades	×	×	×		×	×	5
Não consegue definir as sexualidades				×			1
Consegue explicar a experiência sexual de pessoas com diversidade funcional	×	×		×	×	×	5
Não consegue explicar a experiência sexual de pessoas com diversidade funcional			×				1
Consegue explicar formas de expressão das sexualidades em pessoas com diversidade funcional	×	×		×	×	×	5
Não consegue explicar formas de expressão das sexualidades em pessoas com diversidade funcional			×				1
Total de novos temas de resposta por entrevista	6	3	3	1	0	0	-
Conclusão: Saturação teórica atingida a partir de quatro entrevistas							

Enquadramento

Conhecimento sobre práticas desenvolvidas no Lar Residencial no sentido de promover a inclusão e o debate sobre as sexualidades das pessoas com Diversidade Funcional

Tema de Resposta	Entrevistas						Total de ocorrências
	A	B	C	D	E	F	
A equipa de trabalho tem em consideração temáticas relacionadas com as sexualidades dos utentes e explica como o fazem na instituição	×	×	×	×	×	×	6
A instituição realiza ações de sensibilização para preparar utentes, famílias e colaboradores para educação sexual						×	1
A instituição realiza ações de sensibilização para preparar utentes e famílias para educação sexual	×	×		×	×		4
Não tem conhecimento sobre se a instituição realiza ações de sensibilização para educação sexual			×				1
Instituição toma medidas que consideram e respeitam a privacidade das pessoas com diversidade funcional para a manifestação da sua sexualidade	×			×	×	×	4
Instituição não tem um conjunto de medidas específicas para garantir a privacidade de pessoas com diversidade funcional, mas procura encontrar soluções que garantam alguma privacidade aos utentes		×					1
Entrevistado não foi claro sobre a existência de um possível conjunto de medidas para garantir privacidade de pessoas com diversidade funcional			×				1
Nunca colocou intimidade sexual de um/uma utente em causa	-	-	×	×		-	2
Sentiu que já colocou a intimidade sexual de um/uma utente em causa					×		1
Total de novos temas de resposta por entrevista	3	1	3	0	1	1	-
Conclusão: Saturação teórica quase atingida após três entrevistas. Surgiram temas novos devido a diferenças entre grupos profissionais (p.e., entre auxiliares e colaboradores)							

Enquadramento

Identificação de dificuldades sentidas pelos/as profissionais na abordagem das sexualidades nas instituições

Tema de Resposta	Entrevistas						Total de ocorrências
	A	B	C	D	E	F	
Entrevistado considera que o facto de os lares residenciais serem mistos não é um problema para a instituição no que respeita à sexualidade dos seus utentes	×		×	×	×	×	5
Entrevistado não responde concretamente à questão sobre se lares residenciais serem mistos pode ser um problema para a instituição no que respeita à sexualidade dos seus utentes		×					1
Entrevistado concorda que lares residenciais deveriam ter quartos com camas de casal	×		×	×	×	×	5
Entrevistado refere que existe alguma dificuldade em existir camas de casais nos lares residenciais, mas não refere se concorda ou não		×					1
Considera que é da competência das instituições preparar os seus profissionais para conseguirem responder no campo da sexualidade de pessoas com diversidade funcional	×					×	<u>2</u>
Considera que os lares residenciais estão preparados para responder no campo das sexualidades				×	×		2
Considera que os lares residenciais não estão preparados para responder no campo das sexualidades embora se esteja a trabalhar para isso.		×					1
Não sabe se lares residenciais estão preparados para responder no campo das sexualidades			×				1
Considera que ainda existe trabalho a fazer nas instituições relativamente às sexualidades das pessoas com diversidade funcional.	×	×	×	×	×	×	6
Refere que o estigma da sociedade relativamente à diversidade funcional e sexualidades é uma das maiores dificuldades sentidas quanto às possibilidades de os utentes poderem explorar as vivências sexuais	×					×	2
Refere que existe alguma dificuldade devido à imaturidade que muitos dos utentes possam ter para falar sobre a sexualidade		×					1
Refere que não tem dificuldades em abordar tema das sexualidades			×	×	×		3
Total de novos temas de resposta por entrevista	5	4	2	1	0	0	-
Conclusão: Saturação teórica atingida a partir de quatro entrevistas							

Enquadramento

Importância atribuída pelos/as profissionais quanto à formação na área das sexualidades para trabalhar com os utentes

Tema de Resposta	Entrevistas						Total de ocorrências
	A	B	C	D	E	F	
Formação do entrevistado não contemplou aquisição de conhecimento na área das sexualidades	×	×	×	×		×	5
Formação do entrevistado contemplou aquisição de conhecimento na área das sexualidades					×		1
Considera ser importante a existência de <u>formação</u> na área das sexualidades	×	×	×	×	×	×	6
Considera que os colaboradores da instituição devem ter formação na área da sexualidade para trabalhar com pessoas com diversidade funcional	×	×	×	×	×	×	6
Considera que diretora técnica deve apostar em formação contínua para colaboradores	×				×	×	<u>3</u>
Considera que tem um papel de aconselhar os casais e equipa técnica para os acompanhar		×	×	×			3
Total de novos temas de resposta por entrevista	4	1	0	0	1	0	-
Conclusão: Saturação teórica atingida a partir de duas entrevistas							